

Aldryn Cardoso

IMPOSIÇÃO DE GÉNERO E SEXUALIDADE:

A Violência de uma Cultura Heteronormativa



ESCOLA SUPERIOR DE ALTOS ESTUDOS

Mestrado em Serviço Social

COIMBRA, 2018



**IMPOSIÇÃO DE GÉNERO E SEXUALIDADE:
A Violência de uma Cultura Heteronormativa**

ALDRYN CARDOSO

Dissertação Apresentada ao ISMT para obtenção do Grau de Mestre em Serviço Social, conferido
pela Escola Superior de Altos Estudos

Orientadora: Professora Doutora, Fátima Regina Ney Matos.

Coimbra, outubro de 2018

“A decepção mais comum é não escolhermos ou não podermos ser nós próprios, mas a forma mais profunda de decepção é escolhermos ser outro antes de nós próprios”

Søren Kierkegaard.

Resumo

A partir do pressuposto que a imposição de gênero está presente na sociedade por meio dos processos consuetudinários, midiáticos, políticos e institucionais do estado, formulando uma dicotomia binária de machos e fêmeas, sem contemplar plenamente a natureza plural da humanidade. Assim, o objetivo dessa investigação é compreender como a cultura hegemônica de imposição de gênero e sexualidade afeta a vida e a existência de pessoas divergentes ao heteronormativismo. Assente a metodologia qualitativa, onde a opção de investigação recaiu sobre a História de Vida, dada a busca para compreender o fenômeno como o mesmo é relatado e interpretado pelo próprio agente (Glat, 1989). Os resultados mostraram que a divergência à imposição de gênero e sexualidade, empreendidos desde a infância, gera violências físicas e psicológicas em diversas situações da vida, seja na família, na religião ou no emprego. Pessoas que percorrem caminhos alternativos e fluidos a esta imposição sofrem discriminações e violências concebidas pelo preconceito normatizador das questões de gênero e sexualidade. Pode-se concluir que por meio do conservadorismo e mecanismos consuetudinários o sexismo e o binarismo criam ferramentas de coação, agressão e discriminação que produzem a homofobia.

Palavras-chave: Imposição de gênero, Sexualidade, Heteronormativismo.

Índice

Introdução	1
Objetivo geral	2
Objetivos específicos	2
Imposição de género e sexualidade: A violência de uma cultura heteronormativa ...	2
Teoria Queer	11
Metodologia.....	13
Relatos de Helloy Scárdua.....	15
Considerações Finais	29
Referências	33
Anexo 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	36
Anexo 2 – Nomeações de Helloy Scárdua: Conselho Estadual LGBT e Comissão Municipal de Direitos Humanos.....	38
Anexo 3 – Íntegra dos Relatos de Helloy Scárdua	42

Introdução

Este trabalho tem como escopo a discussão da imposição de género existente no processo de sociedade consuetudinária³ que determina um normativismo hegemónico, sexista e cisgénero (Cornwall et al., 2008).

O sistema sexo-género-sexualidade pode corresponder aos estereótipos das hegemónias, mas não pode ser tido como padrão de imposição social, não deve ser arquitetado um normativismo que coaja o sujeito em suas particularidades psicológicas e biológicas. De acordo com Rubin (1998), “a sexualidade humana não é compreensível em termos puramente biológicos [pois] nunca encontramos um corpo que não seja mediado pelos significados que as culturas lhe atribuem” (p. 106). É necessário compreender que o ser humano é um ser plural e livre no que tange sua própria diversidade, ou seja, a forma como percebe a si mesmo e com é percebido na sociedade de pertença, respeitar esse direito primário é dever da conduta humana.

Os trabalhos seminais sobre diversidade sexual iniciaram no início do Século XX e, apesar de estudos como os de Jay e Young, Katz e Levine (Gamson, 2006), e da proposição de (Butler, 2003) de que género e sexualidade são identidades construídas e reelaboradas performaticamente no espaço social e no tempo, mantém-se fortemente o actual regime sexual, que estrutura e condiciona as relações sociais ocidentais (Santos, 2006, p. 8).

A partir do pressuposto que a imposição de género norteia-se de forma binária (masculino ou feminino) e não contempla plenamente a natureza da pluralidade humana os sujeitos que percorrem caminhos alternativos e fluidos a esta imposição sofrem discriminações e violências concebidas pelo preconceito normatizador. Diante deste cenário, pretendemos responder a seguinte questão de investigação: Como a cultura de imposição de género e sexualidade afeta a vida quotidiana e a existência de pessoas divergentes ao heteronormativismo?

A solução deve ser orientada no reconhecimento da gravidade desta problemática, com a reafirmação dos Direitos Humanos e o fortalecimento de fatores protetivos, tais como: a criação e adequação de leis que criminalizem os atos de homofobia e que promovam uma ruptura com o padrão conservador e heteronormativo.

Objetivo geral

Compreender como uma cultura hegemônica de imposição de género e sexualidade afeta a vida quotidiana e a existência de pessoas divergentes ao heteronormativismo.

Objetivos específicos

Analisar as condições heteronormativas que condicionam padrões normatizadores e discriminatórios quanto pluralidade de género e sexualidade.

Identificar as formas de agressões e coerções sofridas no percurso de vida do sujeito da investigação.

Imposição de Género e Sexualidade: A Violência de uma Cultura Heteronormativa

A sociedade ocidental atua por meio da heteronormatividade que reside na cultura e no imaginário social. Castoriadis (1982) destaca a criação da sociedade instituída como algo comum, determinando de forma absoluta o que pode ser “dizível e representável” na vida social:

[...] de seus tipos, de suas relações, de suas atividades, mas também posição de coisas, de seus tipos, suas relações, sua significação – uns e outros cada vez tomados em receptáculos e referenciais instituídos como comuns, que lhes dão unidade. Esta instituição é instituição de um mundo no sentido de que ela deve e pode cobrir tudo, [...]. A maneira pela qual, de cada vez, tudo faz sentido, e o sentido que faz, provém do núcleo de significações imaginárias da sociedade considerada. (Castoriadis, 1982, p. 415).

Castoriadis vai chamar a atenção para o universo instituído “do que é e não é, vale e não vale, do que é factível e não factível” (1982, p. 415) na vida social, tanto no âmbito exterior quanto no interior. Nesse sentido, pode-se refletir a partir do autor que há graves consequências para aquelas pessoas que fogem ao padrão instituído. Às vezes de forma sutil, às vezes de forma abrupta, uma pessoa que não representa os padrões cisgénero ou não caminha dentro dos modelos da cultura sexista, sofre práticas preconceituosas, discriminatórias e homofóbicas, práticas essas que visam ora legitimar a hegemonia heterossexista, ora a servir de exemplo, de punição para os chamados “desviantes” (Junqueira, 2007; Louro, 2000).

É preciso desconstruir a ideia normativista que associa sexo, género e sexualidade como um sistema de reprodução padrão da sociedade e, já a partir de

meados dos anos 1980, a teoria queer propôs que esse discurso fosse desconstruído (Kellner, 1988). É notória a confusão entre sexo, identidade de gênero e orientação sexual, vistas a partir de uma relação causal (Mesquita & Perucchi, 2016, p. 111).

A orientação sexual refere-se ao sexo que atrai a pessoa de forma erótico-afetiva, o que independe de opção dela. A pessoa pode possuir atração erótico-afetiva pelo mesmo sexo (homossexualidade), pelo sexo oposto (heterossexualidade) ou por ambos (bissexualidade), as quais são apresentadas, no campo da psicologia, como naturais nuances da estrutura afetiva dos sujeitos (Silva Junior, 2014, p. 85).

Assim é preciso adentrarmos no significado destas três palavras dentro do raciocínio científico. Sexo é definido biologicamente, nasce-se macho, fêmea ou intersexo¹, em conformidade com as condições genéticas levadas pelo espermatozoide ao óvulo. Já a sexualidade está relacionada, segundo Freud, as pulsões da libido², e o gênero está relacionado com as características comportamentais, que são atribuídas socialmente sob as expectativas do ser Homem ou do ser Mulher, conforme afirmou Scott (1994).

Nascemos em uma sociedade consuetudinária³, ou seja, antediluviana e formulada em costumes, padrões e tradições.

Uma norma jurídica produzida pela via consuetudinária nem sequer poderia ser distinguida de uma norma de moral também produzida consuetudinariamente. Se o costume é considerado pela Constituição como fato produtor de normas jurídicas, então toda a Moral constituiria parte integrante da ordem jurídica, na medida em que as suas normas são efetivamente produzidas pela via consuetudinária (Kelsen, 1999, p. 38).

Assim sendo, o indivíduo percorre entre as possibilidades já previamente definidas, que imprime em si as condições sociais e comportamentais, que correlacionam sexo-gênero-sexualidade, alienando-lhe no direito de construção da sua persona (Foucault, 1999).

Trata-se de um padrão cultural naturalizado no processo de reprodução social que pré-estabelece as identidades de gênero e sexualidade a partir do momento em que

¹ Para maiores informações consultar: <http://bit.ly/Compreendamelhorintersexualidade> Acesso em: 14/11/2017.

² Sigmund Freud nos ensaios da Teoria da Sexualidade (1923), a pulsão sexual é formulada como condição biológica da espécie animal, sendo que na espécie humana apresenta caráter inato. Freud reconhece a expressão deste caráter na espécie humana por meio do termo libido, como algo que precede a sensação de satisfação e gozo.

³ Apropriação da palavra dos estudos jurídicos, em particular da obra do jurista filósofo Hans Kelsen (1999), concebida por esta pesquisa como a condição ancestral da estrutura social formulada pela ordem normativa das coisas.

se descobre o sexo biológico do feto. Desde a gestação, o trato e as vestimentas da criança são elaborados sob expectativas socioculturais de gêneros binários, que dependem da descoberta do sexo biológico do bebê. Sendo o bebê biologicamente fêmea condicionado ao gênero feminino, será tido como “princesinha” comportada, atenciosa, amável, a espera de seu príncipe e, na fase lúdica, assimilará suas funções sociais, com bonecas, panelinhas e casinha. Em contrapartida, o bebê biologicamente macho é orientado a um comportamento heroico, destemido, corajoso, insensível, independente, e será estimulado com brincadeiras de espada, carro e construção, sendo conceber dele o mérito de ser “ferramenta” fundamental na construção do papel social da mulher (Louro, 2000). Nessa perspectiva, Ribeiro (1996) acrescenta, “analisando a fala das crianças e o seu condicionamento às brincadeiras próprias de meninos e meninas, questiona-se a ênfase que recai sobre a identificação tão-somente. As tarefas do mesmo sexo não deixam espaço para a complementaridade” (p. 64).

Neste sentido, a maior parte da humanidade converge a uma categorização dicotômica entre masculino e feminino, que se distingue e complementa, dentro dos papéis sociais heteronormativos, estabelecendo um conceito explicitamente determinado de que apenas a heterossexualidade é natural ao ser humano. Tais proposições que colocam a homossexualidade em uma posição de abjeção somente são possíveis se toda a sexualidade humana for analisada a partir da heterossexualidade como única possibilidade sexual (Mesquita & Perucchi, 2016, p. 111).

Tal imposição normativa não é percebida de forma negativa, pois progride de maneira natural na cultura e sociedade onde a pluralidade de gênero e sexualidade é marginalizada, ignorada ou pungida por meio de crenças, valores e práticas heterossexistas. Para Foster (2001), “por heteronormatividade, entende-se a urgência imperativa de ser heterossexual e defender em todos os momentos e a todo custo a primazia do heterossexual (entender o que é entendido por esse termo)” (p. 49).

A fim de compreender melhor este vocábulo, façamos uma análise embasada em Santos (2007), que aponta uma construção na nomenclatura do termo “heteronormativo” composta de hetero + norma, lobrigando a junção semântica que traduz na palavra heteronormatividade uma norma que enfatiza uma perspectiva de condição heterossexual.

O termo heteronormatividade, cunhado em 1991 por Michael Warner, é então compreendido e problematizado como um padrão de sexualidade que regula o modo como as sociedades ocidentais estão organizadas. Trata-se, portanto, de um

significado que exerce o poder de ratificar, na cultura, a compreensão de que a norma e o normal são as relações existentes entre pessoas de sexos diferentes (Petry & Meyer, 2011, p. 96).

De forma hegemônica, a sociedade estabelece uma simbiose entre o sexo biológico e postura causal de gênero. Assim, problematiza e deprime a vida pessoal e social de pessoas, que mesmo sendo heterossexuais não correspondem aos critérios da heteronormatividade. Ampliando a citação anterior, Pelúcio (2009) pontua que:

A heteronormatividade não é uma norma hetero que regula e descreve um tipo de orientação sexual. Trata-se, segundo Lawren Berlant e Michael Warner, de um conjunto de ‘instituições, estruturas de compreensão e orientações práticas que fazem não só que a heterossexualidade pareça coerente, isto é, organizada como sexualidade — como também que seja privilegiada’ (Pelúcio, 2009, p. 230).

De acordo com uma vasta e contemporânea literatura na área (Scott, 1994; Ribeiro, 1996; Welzer-Lang, 2001; Butler, 2003; Auad 2004; Junqueira 2007) de matriz progressista, é sabido que gênero não apresenta uma única definição, fechada, calcada na imposição social ou condição biológica do sexo. Butler (2003) contribui para o debate ao observar a presunção de uma determinada política de matriz universal no que diz respeito ao universo feminino. Assim a autora argumenta:

A presunção política de ter de haver uma base universal para o feminismo, a ser encontrada numa identidade supostamente existente em diferentes culturas, acompanha freqüentemente a idéia de que a opressão das mulheres possui uma forma singular, discernível na estrutura universal ou hegemônica da dominação patriarcal ou masculina. A noção de um patriarcado universal tem sido amplamente criticada em anos recentes, por seu fracasso em explicar os mecanismos da opressão de gênero nos contextos culturais concretos em que ela existe. Exatamente onde esses vários contextos foram consultados por essas teorias, eles o foram para encontrar “exemplos” ou “ilustrações” de um princípio universal pressuposto desde o ponto de partida (Butler, 2003, p. 20).

Embora haja uma expectativa do sistema normativo que pretende estabelecer uma continuidade, forjada como natural, entre sexo-gênero-sexualidade, nem sempre tal expectativa é cumprida pelos sujeitos em sua persona. Essa formatação passa por arranjos diversos, a pluralidade humana é capaz de inverter, recriar, remodelar e provocar fissuras na ordem imposta e com isso pode percorrer caminhos diversos que não conduzam necessariamente à reprodução do sistema tido como padrão. O sujeito, em sua particularidade sexual e comportamental é um ser intrínseco, com uma subjetividade muito própria e que, portanto, não pode ser tipificado sobre padrões

preconcebidos. Segundo Goffman (1988), “a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias” (1988, p. 5), deste modo, quem foge a tais padrões é imediatamente tipificado, estereotipado ou, nas palavras do autor, diminuído no sistema social. Eis seus argumentos:

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser - incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável - num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída (Goffman, 1988, p. 6).

Sob este aspecto, Goffman (1988) vai nos dizer que se trata de um estigma, já que “o seu efeito de descrédito é muito grande — algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem — e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real” (1988, p. 6).

Longe das convenções e estigmas, Goffman (1988) nos ajuda a refletir que a identidade de gênero de um heterossexual pode ser tanto masculina como feminina quanto não binária, assim como também a de um homossexual, bissexual, intersexual, transexual, assexual ou pansexual. Scott (1994) inteirando está linha de raciocínio, afirma em seu livro *Gender and Politics of History*, que gênero além de ser um conceito subjetivo e fluido é também uma construção cultural da sociedade. Ainda, nesse sentido, Auad (2004) pontua que:

Gênero não é sinônimo de sexo (macho ou fêmea), mas corresponde ao conjunto de representações que cada sociedade constrói, através de sua História, para atribuir significados, símbolos e características para cada um dos sexos. Assim, as diferenças biológicas entre homens e mulheres são interpretadas segundo as construções de gênero de cada sociedade (Auad, 2004, p. 28).

Gênero refere-se a papéis sociais diferenciados, trata-se de uma construção social elaborada para imputar ao indivíduo nascido com um pênis ou uma vagina as condições de ser homem ou mulher. Segundo Scott citado no artigo de Storey et al., (2007, p. 7) “[gênero] é uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado”. Dessa forma, é necessária uma matriz social e familiar para criar um bebê, com a finalidade de ser um homem ou uma

mulher, tal construção é realizada e reforçada constantemente por todos os meios e aparelhos ideológicos do Estado (Althusser, 1970).

Quando o indivíduo não desempenha um papel de gênero conforme a expectativa da sociedade, ele acaba por sofrer diversas agressões, sejam elas físicas ou simbólicas. Um homem, por exemplo, que seja considerado “afetado” por performar uma feminilidade, que no julgo da heteronormatividade não deveria, acaba sofrendo coerções sociais das mais diversas ordens. Isso porque, conforme explica Welzer-Lang (2001):

O paradigma naturalista da dominação masculina divide homens e mulheres em grupos hierárquicos, dá privilégios aos homens à custa das mulheres. E em relação aos homens tentados, por diferentes razões, de não reproduzir (ou o que é pior, de recusá-los para si próprios), a dominação masculina produz a homofobia para que, com ameaças, os homens se calquem sobre esquemas ditos normais da virilidade (Welzer-Lang, 2001, p. 465).

Esse discurso da homofobia, portanto, representa a intolerância social àquilo que é considerado como uma transgressão de gênero, ou seja, o indivíduo homem, mesmo sendo heterossexual, tem que representar o gênero masculino em veemência reforçando, assim, o sexismo presente na sociedade.

No determinismo da biologia que diferencia macho, fêmea e intersexual por meio da genética e órgãos sexuais, não há verossimilhança com a pluralidade humana, dada a existência plural das condições biológicas intersexuais. A professora Ph.D. Anne Fausto-Sterling (1993), da Universidade Brown, EUA, defende em seu artigo *Os cinco sexos: porque macho e fêmea não são o bastante* a existência de ao menos mais três sexos no complexo da intersexualidade.

Mosley (2015)⁴, revelou que nos anos 70 do século passado a endocrinologista Julianne Imperato-MacGinley, da Universidade de Cornell, esteve na cidade de Las Salinas na República Dominicana, com o objetivo de investigar o caso de crianças sem a enzima 5-alfarredutase, convertida em testosterona na fase intra-uterina, vinham a desenvolver o pênis apenas na pré-adolescência, sendo assim, tais crianças eram conhecidas localmente como *Guevedoces*, palavra que traduz literalmente pênis aos doze. Trata-se de uma condição genética verificada em uma a cada noventa crianças no local, estas crianças também eram chamadas de *machihembras* (primeiro mulher, depois homem).

⁴Mosley, M. (n.d.). <http://bit.ly/saibasobreguevedoces-machihembras> Acesso em: 23/06/2017.

Há *Guevedoces* que ao descobrirem seu pênis assumem o gênero masculino e/ou alteram também o seu nome para o mesmo. Há outros, no entanto, que permanecem no gênero feminino, entre estes, alguns submetem-se a cirurgias que afirmem o sexo feminino, de forma que possam viver como mulheres. Esta condição, considerada rara em termos mundiais, acontece com frequência e é tratada com naturalidade em Salinas, na República Dominicana.

Os factos apontam que o gênero e a sexualidade não se sustentam apenas na natureza da biologia ou na imposição hegemônica social, ou seja, o gênero de um indivíduo se constitui da interação de componentes sociais e biológicos, afirmando-se tanto pela natureza, quanto pela intrínseca da persona. Definindo-se como:

conjunto de manifestações afetivo-emocionais conscientes e inconscientes, que engloba a orientação sexual e as diversas expressões de gênero, enquanto produtos culturais, cambiantes e manipulados, assim como outros traços dos indivíduos, em sua constante busca pelo autoconhecimento e afirmação enquanto pessoa humana (Silva Junior, 2014, p. 83).

A heteronormatividade estabelece uma imposição de gênero de efeitos coercivos que desdobram desfechos de preconceitos, ausência de acolhimento familiar, homofobia, discriminações e suicídios de indivíduos divergentes (Navasconi & Moscheta, 2017).

O preconceito na sociedade quanto a diversidade humana é um Facto Social de alta relevância e tem o desfecho em discriminações que fundamentam diversos sofrimentos para o ser humano. Com base no ensaio de “A Natureza do Preconceito”, da obra *Elogio da Serenidade*, de Norberto Bobbio (2002), preconiza-se que o preconceito constitui-se de uma opinião errônea, aceita passivamente, sem passar pelo crivo do raciocínio e da razão científica, apresentando uma raiz conservadora no pretérito que possibilita a manutenção do *status quo*.

No artigo Edmund Burke e a gênese do conservadorismo, como citado por Souza (2016), pode-se compreender que visando um padrão uniforme das hegemonias, o conservadorismo atua sobre as situações pessoais e sociais no cotidiano das pessoas, orientando o que deve ou não ser definido como “normal” ou “patológico” a partir das ideias durkheimianas de “organismo social”. Essas condições ocorrem muitas vezes a níveis imperceptíveis, devido os preconceitos nos indivíduos e na sociedade conservadora.

Muitas vezes um indivíduo reproduz um prejulgamento sem se dar conta de seu preconceito, ou seja, por não ter a capacidade de alteridade ou conhecimento real da questão reproduz normalmente o que suas limitações educacionais e/ou empíricas determinam. Sob esta percepção pode-se compreender que o preconceito não possui vítima e algoz, pois condena toda a sociedade, seja com a tormenta da ignorância, seja por meio da sensação de ser desnaturalizado e desumanizado (Guimarães et al., 2002).

Agnes Heller (apud Guimarães et al., 2002), ajuda a compreender o preconceito como um juízo provisório natural no ser humano, nenhum indivíduo nasce repleto de conhecimento, é por via do processo de educação e dialética que se busca superar os limites naturais do preconceito. Contudo, esta superação vincula-se também a capacidade de ascensão da sociedade sobre o sistema conservador e pragmático que normatiza o ideal de identidade humana.

Embora o preconceito seja natural no ser humano, a discriminação não é. A discriminação, segundo Bobbio (2002), na maior parte das vezes é o desfecho do preconceito é além de um crime previsto em lei, um crime contra os Direitos Humanos.

Por "discriminação" se entende uma diferenciação injusta ou ilegítima. [...] Porque vai contra o princípio fundamental da justiça (aquela que os filósofos chamam de "regra de justiça"), segundo a qual devem ser tratados de modo igual aqueles que são iguais. Pode-se dizer que se tem uma discriminação quando aqueles que deveriam ser tratados de modo igual, com base em critérios comumente aceitos nos países civilizados [...] são tratados de modo desigual (Bobbio, 2002, p. 174).

Contribuem para a imposição de gênero e sexualidade: o conservadorismo e o sexismo que circunstanciam a violência, a discriminação, o preconceito e a homofobia, que fomentam a intolerância, a insensibilidade, e as atrocidades sofridas na pluralidade de gênero e sexualidade humana (Koehler, 2013).

A reflexão, que busca construir uma ponte entre o preconceito e a violência, enfatiza as diversas formas de discriminação e exclusão e compreende os seguintes aspectos: os parâmetros jurídicos em relação a co-existir e a re-conhecer; as ciências sociais diante da construção das diferenças/dis-semelhanças; os fundamentos conceituais da categoria preconceito e suas derivantes em relação às de discriminação e exclusão social; os mecanismos do preconceito; a relação diferença-preconceito, imagem e racionalização do outro (Bandeira & Batista, 2002, p. 120).

Welzer-Lang (2001) afirma que quando a imposição hegemônica define quem deve ser homem ou mulher, ocorre também a desigualdade hierárquica sexista,

relacionada a supremacia do falo e da virilidade, onde indivíduos não submissos as imposições sofrem inúmeras formas de violências.

Não há dúvida de que, nesse caso, é o preconceito o gerador da discriminação e da desigualdade que exclui, o aspecto “distintivo e formativo” do ordenamento moral da sociedade brasileira, na busca que nega uma ótica de igualdade ou de reciprocidade (Bandeira & Batista, 2002, p. 125).

Atualmente o mundo aponta retrocessos em relação aos Direitos Humanos da população que se diferencia do padrão heterossexual. As violências relacionadas à diversidade sexual e identidade de gênero são contextos midiáticos e afetam toda a sociedade. Apesar de ser um desfecho, o homicídio é apenas uma das violências dentre um montante de outras consideradas menores, como as discriminações e agressões verbais e físicas (Mott, Michels & Paulinho, 2018).

São muitos os artigos em constituições e leis de diversos países⁵ dos continentes americano e europeu que zelam pela igualdade de direitos e liberdade de expressão das condições plurais humana. Todavia, no âmbito social a situação é visivelmente contraditória.

Apesar dos avanços no campo dos direitos humanos, segundo Bomfim (2011), cerca de 80 países ainda criminalizam o “sexo consensual homossexual”, sendo que, destes, os países mulçumanos e islâmicos estão entre os que mais severamente punem a homossexualidade, através de prisão perpétua, condenação à morte, amputação de membros, apedrejamento, entre outros (Mesquita & Perucchi, 2016, p. 106)

Hodiernamente, o sexismo pode não comprometer o sufrágio, mas ainda assim regula a família, os papéis sociais, o recrutamento militar e as particularidades humanas, porque fomenta uma singular heteronormatividade que, de maneira natural, impõe um conservadorismo sobre as condições plurais da natureza humana formulando uma hegemonia social causadora de sofrimento moral as pessoas que divergem.

Paulatinamente, até o ano de 2018 foram conquistados alguns avanços no âmbito dos direitos de pessoas diversas que fomentam a pluralidade de gênero e sexualidade. Contudo, ainda há muito o que fazer para garantir a efetividade dos direitos humanos e legislativos a esta população plural que ainda é tida, por conservadores, como amoral e marginal. À guisa de exemplo, temos o atentado terrorista ocasionado na boate gay, Pulse, em Orlando (EUA), em junho de 2016 (Levenson, 2017); nos campos de

⁵ Vide: <http://bit.ly/LegislaçãoSobrePessoasLGBTmundo> Acesso em: 27/06/2018.

concentração na Chechênia, em fevereiro de 2017, mais de 100 cidadãos foram sequestrados, presos e torturados pelas autoridades que os perseguiram com base em sua orientação sexual (Deursen, 2017). No Brasil, segundo o Relatório 2016 do Grupo Gay da Bahia - GGB, foram contabilizados 343 assassinatos de teor homofóbico (Mott et al., 2018); já em Portugal a Associação Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo - ILGA aponta 179 situações registadas no Observatório da Discriminação no ano de 2016, sendo que 92 correspondem à crimes previstos em lei (José, 2016). Cabe mencionar que os números apresentados nesta sessão referem-se às violações registradas, pois o total das violências ocasionadas acabam por assumir condições imensuráveis, pois não chegam ao conhecimento do poder público. Esses números apontam para um grave quadro nas violações dos Direitos Humanos de carácter homofóbico.

Sob todos estes aspetos expostos nesta investigação, revela-se como principal ferramenta do cultivo da imposição de género o sexismo que naturaliza e determina as distinções comportamentais, sociais e da libido de uma limitada ideia de sexo/sexualidade binária (macho/fêmea) que se auto reproduz nos aspectos económicos, políticos e jurídicos de toda a sociedade frutificando a heteronormatividade. Sob este ponto, Foucault (1999) ajuda a pensar o poder do sexo:

De alto a baixo, em suas decisões globais como em suas intervenções capilares, não importando os aparelhos ou instituições em que se apóie, agiria de maneira uniforme e maciça; funcionaria de acordo com as engrenagens simples e infinitamente reproduzidas da lei, da interdição e da censura: do Estado à família, do príncipe ao pai, do tribunal à quinquilharia das punições cotidianas, das instâncias da dominação social às estruturas constitutivas do próprio sujeito (Foucault, 1999, p. 82).

Verifica-se que muitas dificuldades e aflições humanas são ocasionadas por esta estrutura que estabelece as condições de género e sexualidade e limita toda a sociedade problematizando as relações humanas, impondo, coagindo, segregando e violentando o direito natural e intrínseco de cada pessoa viver a pluralidade de sua identidade de género e sexualidade.

Teoria Queer

A linguagem queer tem sua origem nos Estados Unidos em meados de 1980 por meio de grupos homossexuais marginalizados que buscavam o *empowerment* do

termo/adjetivo “Queer”, resignificando numa ação afirmava: We’re queer, we’re here, get fucking used to it! (Butler, 1997). Anteriormente a palavra queer, de origem inglesa, era apenas um adjetivo de insulto a homossexuais, que traduzia uma criatura esquisita, estranha, ridícula (Louro, 2001).

Atribui-se a Teresa de Lauretis a expressão “Teoria Queer”, utilizada no artigo Queer Theory: Lesbian and Gay Sexualities, publicado em 1991, apesar da autora ter considerado o conceito sem significado e abdicado do mesmo (Santos, 2006, p. 6).

No progresso da Teoria Queer, teóricos passam a conceituar a linguagem queer sob contextos sociopolíticos criticando os aspectos binários e segregatícios (homem/mulher) das categorizações de género, sexo e sexualidade (Louro, 2001). Embasados nas formulações foucaultianas que abordam o sexo de maneira histórica e por meio de estruturas de poder, emerge a Teoria Queer:

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apóiam e atravessam os discursos (Foucault, 1999, p. 30).

Queer significa estar acima das condições normatizadoras, negar o aceitável e o inaceitável na finalidade de legitimar sua própria identidade constituída, Louro colabora com a compreensão ao afirmar:

[...] queer significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante. Queer representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora (Louro, 2001, p. 546).

Desta forma, o desenvolvimento da Teoria Queer vem destacando-se nos estudos linguísticos, sociopolíticos e de género, para além disso algumas pessoas continuam a manterem um posicionamento identitário queer como meio de resistência e *empowerment* da sua liberdade de expressão.

Metodologia

O objetivo da investigação foi compreender como a cultura hegemônica de imposição de género afeta a vida quotidiana e a existência de pessoas divergentes a heteronormatividade, portanto a abordagem é qualitativa.

Uma das premissas da abordagem qualitativa assenta em que conhecer e compreender os indivíduos somente é possível com a descrição de como a experiência humana é vivida e definida por seus próprios atores (Polit, Beck & Hungler, 2004).

Jones citado por Olabuénaga (2012), considera que de todos os métodos de investigação qualitativa, provavelmente a História de Vida é o que melhor permite ao investigador compreender como os indivíduos criam o mundo social que os rodeia. Assim, a opção metodológica desta investigação recai sobre a História de Vida, pois busca-se apreender e compreender um fenómeno como o mesmo é relatado e interpretado pelo próprio autor (Glat, 1989).

A História de Vida “permite captar o que escapa às estatísticas, às regularidades objectivas dominantes e aos determinismos macrossociológicos, tornando acessível o particular, o marginal, as rupturas, os interstícios e os equívocos, elementos fundamentais da realidade social [...]” (Digneffe & Beckers, 1997, p. 209). Por meio de sua fala, um ator pode organizar e atribuir sentido à sua vivência e estabelecer a sua pertença a uma comunidade, a uma cultura, a grupos e/ou a classes particulares (Atkinson, 2002). Assim, “estudar o social individualizado é estudar a realidade social” (Lahire, 2005, p. 14).

A pessoa colaboradora nesta investigação foi apresentada por uma amizade de alguns anos que tomou conhecimento de minha busca por um sujeito brasileiro, divergente da heteronormatividade e detentor de representatividade social em seu meio. Desta forma, fui apresentado via Facebook a pessoa que compõe esta investigação. Após a apresentação de ambas as partes, houve amplo interesse e prontidão para a participação da investigação. Dada a ocasião do participante não ter acesso livre a um computador, a distância continental entre Brasil e Portugal, dentre outros impasses, a solução encontrada para progredir com os depoimentos foi a aplicação de WhatsApp. Tal aplicação permite de forma eficiente o contacto pessoal e a troca interativa de diversos arquivos. Não houve impasses ou problemas em acordarmos que as entrevistas ocorreriam por trocas de mensagens de áudio sob as condições de horários previamente estabelecidos.

O sujeito que colabora com sua história de vida nesta investigação chama-se Helloy Scárdua, tem 28 anos, é brasileiro, natural do estado do Espírito Santo, cursa ensino técnico em enfermagem, trabalha no Grupo Orgulho Liberdade e Dignidade (GOLD) atuando como educador social, onde também assume a função de agente na prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST/AIDS). Para além disso, compõe o Conselho Municipal de Direitos Humanos e o Conselho Estadual LGBT⁶ em Vitória-ES. Define-se como um indivíduo homossexual de sexo macho e de gênero fluido, onde não assume em exclusividade nenhum dos papéis sociais binários de gênero (homem/mulher), definindo-se desta maneira como um sujeito queer.

Trata-se de um caso de representatividade de pessoas divergentes da heteronormatividade, apontando valores, definições, atitudes e necessidades dos grupos que divergem das condições de gênero impostas pela hegemonia.

O instrumento de coleta foi entrevista aberta, onde o participante falou sobre suas experiências na vida, o investigador interferindo somente quando foi necessário maior aprofundamento. Foram realizados quatro momentos de diálogos, todos no mês de agosto de 2018, nos dias 13, 15, 19 e 26.

Por ser militante nas causas de Direitos Humanos e LGBT's o participante não optou pelo sigilo de seus dados e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)⁷, e o armazenamento dos áudios ocorreram com anuência do mesmo. O investigador não confirma a autenticidade dos fatos narrados, pois mais importante é o ponto de vista de quem está narrando (Berteaux, 2005).

Após a transcrição, o tratamento dos dados foi feito por análise temática, sendo construídas categorias analíticas a partir do discurso do participante. Embora em História de Vida, o relato não siga um roteiro pré-estabelecido, pois os assuntos fluem de acordo com a experiência vivida pelo indivíduo, a fim de objetivar a investigação, foram feitas análises por categorias dispostas em: a) Família, b) Religião e c) Trabalho.

Vale mencionar que as categorias são permeadas entre si, pois compreendem a vida de uma pessoa, e embora o texto ocorra em sequência, a compreensão e o entendimento devem buscar uma visão holística.

⁶ Anexo 2

⁷ Anexo 1

Relatos de Helloy Scárdua⁸

Eloy Henrique Scardua Júnior, nasceu na cidade de Serra no Estado do Espírito, Brasil, no dia 02 de julho de 1990. Fruto de um triângulo amoroso, ao qual sua mãe, dividida entre os sentimentos pelo esposo Eloy Henrique Scardua e o amante Luiz, engravidou. Como epílogo Luiz foi o responsável por sua produção biológica e Eloy Henrique Scardua o pai de registro. Com a morte trágica e questionável de sua mãe, Eloy Henrique Scardua Júnior, aos 6 meses de vida, foi entregue aos cuidados de sua avó materna, Erly.

Aos 6 anos de idade Eloy já desenvolve relativa responsabilidade para ministrar alguns cuidados a mãe/avó portadora de SIDA. Nos anos 1990, na conjuntura socioespacial de Eloy, predominava o preconceito e a ignorância da população quanto às pessoas seropositivas, desta forma, desde cedo Eloy passa a conviver com a segregação e a discriminação social que percorrerá toda a sua luta e resistência na vida.

Condicionado a não heteronormatividade, desdobra sua vida na busca pela igualdade de direitos e liberdade de expressão de gênero, ascendendo as dificuldades do cotidiano como um cidadão de representatividade e engajamento na luta contra a imposição de gênero e o heterossexismo, desta forma é forjada Helloy Scárdua.

Na categoria Família, buscou-se conhecer melhor a concepção intrínseca e os vínculos emocionais e sociais que surgem dos relatos de Helloy Scárdua. Ao compreender-se como um sujeito queer/não binário, Helloy relata a forma como se sente visto pela sociedade:

— Eu me sinto um Alien – Realmente eu sou um Alien.

As pessoas acham que sou um transexual que não chegou num processo. Eles acham que eu estou sempre em transição, sempre acham que eu estou caminhando para ser uma mulher trans e não que o meu processo já está completo; que eu sou uma pessoa que aceitou que pode usar roupas que são distintas para os dois gêneros: usar coisas femininas quanto masculinas (Scárdua, 2018).

A fala de Helloy vai ao encontro de Goffman (1998), quando aponta que a discrepância entre a identidade social real e a virtual leva a reclassificar um indivíduo antes situado numa categoria socialmente prevista, colocando-o numa categoria diferente, mas igualmente prevista, alterando positivamente a nossa avaliação. Ao sentir-se um Alien, sente-se como um ser diferente, esquisito, estranho (Louro, 2001).

⁸ Íntegra no Anexo 3

Como nasci com pênis ganhei uma “caixinha azul”, e nessa “caixinha azul” tínhamos tudo o que uma pessoa com um pênis deve ser, tanto de forma moral, social ou vestuário. Também comportamental/sentimental. Abrange tudo essa questão de género!

Como eu nasci com um pênis eu não podia chorar, eu tinha que gostar de carrinhos, a cor azul era a minha cor, eu tinha que gostar sempre do azul...

Para mim a violência era sempre estimulada, eu tinha que bater, brincar de lutinha. Só que eu vi as coisas da outra caixinha, da caixinha que tinha vagina, e aí, eu gostava de bonecas, eu gostava da variedade de roupas, maquiagem, pintar as unhas, poder chorar, andar de mãos dadas com a melhor amiga, mostrar sentimentos e vulnerabilidade. E aí, eu vi que tinha uma outra caixinha rosa que também era legal. Por que eu tenho que ficar só dentro da caixinha azul?

Daí peguei o que eu gostava entre essas caixas e criei uma própria expressão de género... Eu me vejo como uma pessoa que tem um pouco dos dois géneros (Scárdua, 2018).

Fica perceptível o privilégio da heterossexualidade (Pelúcio, 2009), com a imposição clara de género e seus efeitos coercitivos, como mostram os achados de (Navasconi & Moscheta, 2017). As brincadeiras próprias de meninos e de meninas objetivam a construção da heterossexualidade (Ribeiro, 1996).

Eu não tinha referenciais físicos de carne e osso para minha vida, apenas desenhos animados não-binários, eu não tinha!

Então eu olhava para a travesti e falava: “Eu não sou travesti. Eu não me vejo como uma travesti, eu não me sinto... Só tem isso mesmo! Só tem isso? Eu só posso ser homem, mulher ou travesti?” E aí minha cabeça ficava “tch...Pow!” (risos). Foi quando eu digitei no Youtube assim: “Eu sou homem ou eu sou mulher? Homem ou mulher?” (Scárdua, 2018).

Considerando-se divergente das culturas binárias, Helloy mostra-nos a força que a cultura atribui ao corpo e à sexualidade humana (Rubin, 1998), bem como a exigência de rótulos. Com sua identidade de género em (des)construção, a busca por um referencial foi apresentada pelo canal de Hugo Nasck:

Daí apareceu o canal do Hugo Nasck, né! Que é uma pessoa queer/não-binária. Aí poxa! Finalmente eu ganhei um referencial humano, aquela pessoa ali é como eu! Ela pode ser chamado de “ele” e tá usando batom, tá de cabelo longo sem ter que colocar silicone e andar de salto...

Eu sou parecido com “ela”! Eu sou isso! E foi daí que eu comecei a assumir esse rótulo para mim, entendeu? E eu gosto muito disso! Dá maior flexibilidade, maior fluidez e da maior gama de possibilidades em usar elementos das duas caixinhas: caixinha azul, caixinha rosa. Finalmente ganhei um referencial humano, entendeu? Que foi o Hugo Nasck (Scárdua, 2018).

Em continuidade do discurso de construção da sua identidade pessoal e concepção sobre rótulos sociais Helloy argumenta da seguinte forma:

Eu sempre evitei muito esse negócio de rótulos, eu sempre achei que me limitava como ser humano; ter que escolher isso, aceitar isso, tomar isso para você; eu achava até fútil, superficial ou frívolo. E aí... Um dia eu estava assistindo uma série chamada “Cara Gente Branca”, que trata sobre questões de racismo. E aconteceu que em perguntar a uma pessoa negra a orientação sexual dela, ela falou assim: “Aí pra que rótulos? Eu não me rotulo, isso é idiotice.” Aí a pessoa respondeu assim: “Mas rótulos são importantes, afinal de contas, são os rótulos que separa o uísque de veneno.” Aí eu: “Rótulos são importantes... Rótulos são realmente importantes?” Comecei a me questionar, começou um processo de autodesconstrução, né? Pra reconstrução.

Daí fui à cozinha fritar alguma coisa para comer, mas continuei pensando naquilo, fiquei pensando naquilo e aquilo estava martelando na minha cabeça. E aí eu fui fritar a salsicha e por estar distraída pensando, acabei colocando vinagre na frigideira que veio a corroborar com que estava pensando.

As embalagens eram completamente iguais no design e os conteúdos tinham quase a mesma tonalidade, o que diferenciava o óleo do vinagre naquele momento era justamente o rótulo, a coisa em que eu não havia dado a atenção. Aí eu falei: “Porra! É importante.” Agora eu tenho que procurar meus rótulos. Onde eu me encaixo? Aí eu tive que começar a pesquisar. Daí eu conheci a Teoria Queer, do ser diferente, do não-binarismo.

Eu preciso de rótulos, para me referenciar, para me diferenciar. Eu vou precisar de usar um monte na minha vida, já usava antes né! Não para género, não para identidade de género e não para orientação sexual ou prática sexual, eu já usava branca, gorda, pobre, né?

Já usava um monte de outros rótulos que me adjetivavam durante o meu percurso, a maioria deles eram impostos! Esse [queer] foi o primeiro que pude escolher, por isso que tenho paixão, é o rótulo que eu escolhi... Que eu acho lindo, que tem uma função guarda-chuva enorme! (Scárdua, 2018).

Como já demonstrado nesta investigação o sistema de imposição de género é consuetudinário, ou seja, ordinário nos costumes de uma sociedade já formulada, pois trata-se de um conservadorismo ideológico e sexista que condiciona os indivíduos machos e fêmeas aos papéis sociais de homens e mulheres, institucionalizando uma sociedade binária e heterossexista que discrimina indivíduos divergentes (Cornwall et al., 2008). As discriminações envolvem violências normatizadoras que violam os Direitos Humanos e a vida das pessoas que naturalmente necessitam viver a sua pluralidade de género e sexualidade.

Helloy Scárdua relata que aos 10 anos de idade o pai biológico (Luiz) ao perceber sua feminilidade busca desenvolver sua virilidade na prerrogativa dos homens sobre as mulheres (Welzer-Lang, 2001) e o levou a um prostíbulo:

Então teve uma vez que me marcou muito, que afim de reforçar minha masculinidade ele me levou num prostíbulo e havia um monte de trabalhadoras sexuais, prostitutas, na época conhecidas como putas, e ele deixava eu com apenas

10 anos elas sentarem no meu colo se esfregarem em mim, foi nojento, foi muito traumático; [...] Luiz ficou extremamente constrangido, a gente saiu dali e eu estava mastigando um chiclete, fazendo bolinhas... de pocar (som de estouro) estourando, daí ele me deu um tapa e disse “Cospe isso, tá mastigando um chiclete como se fosse puta!” (Scárdua, 2018).

Progredindo com a imposição de gênero seu pai biológico, Luiz, age de forma coercitiva isolando-o de seu contexto social e familiar.

E certa vez ele me levou para dormir na casa dele, [...], daí ele me manteve em cárcere privado por uma semana. Eu fiquei preso em uma casa com um papagaio; eu já estava cansado de ver aquele homem só chegando e saindo, sem poder conversar com alguém, e aí eu me escondi atrás da porta, quando ele chegou e abriu a porta e foi me gritar e eu não respondi, ele entrou mais adentro e foi me procurar no banheiro. Eu saí correndo, eu saí correndo de Santo Antônio em Vitória até o bairro Grande Vitória, isso dá um bom pedaço de chão, chegando na casa da minha avó com o coração na mão, ofegante e explicando toda a situação para ela, daí meu pai [avô] tentou expulsar ele da minha vida, mas minha avó não deixou porque ele realmente ganhava bem e nos dava dinheiro (Scárdua, 2018).

Na fala a seguir, pode-se constatar a verossimilhança nos embasamentos de Welzer-Lang (2001) que aponta a imposição hegemônica como responsável por definir quem deve ser homem ou mulher, tendo em consideração a supremacia do falo e da virilidade que violenta o sujeito divergente.

Quando eu tinha 11 anos, esse pai [Luiz], vendo que não iria conseguir mudar os meus trejeitos efeminados, a minha feminilidade, ele foi dormir lá no meu quarto, aí ele falou “Faz uma massagem?”, aí eu “Tá!”. Fiz na panturrilha. Aí ele “Sobe mais na coxa.” Daí subi para a coxa. Aí ele “Sobe mais.” Aí eu “Não!” Aí ele pegou a minha mão e colocou no pênis dele que já estava ereto, e falou assim “Papai sabe que você é uma florzinha delicada, que tal você ter a primeira relação com o papai? Não vai te machucar...”

E aí de manhã quando eu acordei ele tinha sumido, ele tinha ido embora. Eu contei para minha avó e pela primeira vez fui silenciado na minha vida, a pessoa que deveria me proteger me silenciou e falou que não era para eu contar para o meu avô que daria uma confusão terrível, e eu não contei [...] (Scárdua, 2018).

Por ser uma criança e relatar “Eu não compreendi aquilo” e que ainda assim teve o impulso do ego na defesa de sua própria vontade revela uma criança em período de latência da libido, ou seja, que não completou a plenitude de seu desenvolvimento sexual, segundo Freud, 2011, p. 259 — Somente a época da puberdade desenvolve os instintos sexuais em sua plena intensidade [...].

A imposição hegemônica não permite que crianças ajam assexuadamente, desde cedo já devem demonstrar as condições de virilidade ou feminilidade, assim como,

também corresponder aos papéis sociais de gênero predefinido em conformidade binária do sexo, conforme mostra Ribeiro (1996), quando aponta que os modelos masculino e feminino fornecem os esboços para o esquema sexual, que possibilita à criança agir e operar sobre o meio que denota a sua organização interna.

“Papai sabe que você é uma florzinha delicada [...]” esta fala é clara em emascular e feminizar a criança que não cumpriu as imposições de gênero e sexualidade e por esta condição teve sua sexualidade violada.

Quanto a minha avó Erly, que me criou desde a infância, também me via como uma pessoa diferente, e ela sabia pela experiência de ser prostituta o que gays e travestis sofriam na rua, e aí, na fala dela, para me proteger, ela me violentava, me batia tentando a todo custo me corrigir que eu virasse homem [...] Eram muitas surras, muitas surras mesmo; e eu não conseguia ser diferente, né! Também ser diferente do que? Nem sabia o que ser gay era. (Scárdua, 2018).

Aponto na citação de Helloy a relembração da fala de Erly: “Para me proteger”, seguindo o raciocínio de por ter vivido em meio a prostituição temia as atrocidades hediondas ocorridas a gays e homossexuais no Brasil, país que mais mata por homofobia (Mott et al., 2018). Embora Erly (mãe/avó), nesta situação assume o papel de algoz, não deixa também de ser vítima do heteronormativismo, pois fica clara a relação de atenção mútua que tinham um pelo outro, assim sendo Erly torna-se vítima de uma ignorância hegemônica e de um sofrimento psicológico, que a coage impor por violência as condições sexistas ao seu filho/neto no desejo de preservá-lo dos riscos fatais do heterossexismo.

O heteronormativismo flagela toda uma sociedade, pois não vitimiza apenas as pessoas que divergem das condições por ela impostas, mas também o violador do direito humano. Desta forma a mãe que mata o filho, o pai que o expulsa de casa, o intolerante que agride, as ofensas proferidas – Todo esse processo pune com sofrimento e leis ambas as partes envolvidas.

As formas ou meios de impor um sistema de sexo-gênero-sexualidade domina diversos núcleos sociais e culturais, contudo a família é a primeira instituição, o primeiro núcleo social que pode ajudar ou vitimar a pessoa divergente da heterossexualidade. O caso de Helloy Scárdua contabiliza a demanda de uma família que não compreende e não aceita sua condição divergente e plural à heteronormativa. Assim sendo sua mãe/avó Erly se esmera em normatizá-lo aos padrões heteronormativos:

Eu já estava me vestindo mais de menina, já estava usando maquiagem, cabelo grande... E aí... tinha me passado pela cabeça de que se aquilo [assédio sexual] me acontecesse de novo, como uma pessoa mais velha, experiente, eu quebraria a cara do sujeito, mas eu só consegui chorar convulsivamente, e chorei, chorei, chorei por duas horas sem conseguir parar, ninguém entendia porque também não consegui parar para explicar, daí quando ele foi embora eu contei para toda a família que ela [avó Erly] havia me silenciado [...] Daí eu perguntei para ela: “Por que você me silenciou, por que você não me defendeu?” E finalmente, após muito tempo, ela disse: “Porque a culpa foi minha!” Aí eu: “Como assim?” “Naquele dia eu bebi com ele e falei que você estava virando gay, que eu estava sofrendo, e por você não ter tido uma referência de homem forte eu pedi a ele para te ensinar a ser homem, mas não imaginei que ele iria fazer aquilo... Tentar abusar de você.” Aí eu: “Mas como é que você deixou seu filho com alguém bêbado e o que você disse a ele?” Daí ela falou que prometeu transar com ele.

Eu me senti duplamente violentado, porque ela iria trair o meu amado avô, o qual eu o tinha como pai, com um cara nojento que tentou abusar de mim. Isso foi uma coisa que me deixou triste por muito tempo... Porque a verdade passou ser mais assustadora do que eu podia imaginar.

Estas duas situações, uma com o meu pai biológico e a outra com esse primo da minha avó, desencadearam um trauma que perdura até hoje na minha vida... Muito tempo... Tenho dificuldades de me relacionar e me envolver sexualmente mesmo estando apaixonada. Há um certo medo de ser abusado, do uso da persuasão, da perda de direito e sentimento. Eu não consigo me relacionar apenas sexualmente. Mesmo havendo a atração sexual, é complicado, tenho que me sentir demasiadamente seguro para tal [...]. São coisas que eu estou trabalhando, porque são reflexos do que eu já passei, sou sexualmente travada, e tenho dificuldade de confiar, principalmente em homens (Scárdua, 2018).

Este sofrimento moral, estas violências psicológicas e físicas percorrem toda a história de vida de pessoas que divergem da heteronormatividade, não da mesma forma ou maneira, pois contextos diferem, mas com o objetivo sempre de normatizar o sujeito e de teor sempre traumático e irreparável de qualquer violação humana (Butler, 2003).

Sobre este apontamento, toda violação será sempre fatal, “direito violado não volta atrás”. Embora em alguns casos a resiliência humana assume papel paliativo; a triste realidade cotidiana, os preconceitos, as discriminações e as violências infringidas aos divergentes da heterossexualidade agem sempre como um martelo inquisitivo em prol da normatização hegemônica.

Eu me vejo como vítima e protagonista. Vítima porque não importa, não importa se eu tenho as notas mais altas, que eu tenha um potencial incrível para algo que estudei... Na entrevista de emprego eles sempre escolhem o indivíduo que se adequa mais ao seu papel social heteronormativo... É muito difícil porquê você sabe que é preconceito, mas não tem como provar que é, porque o que eles dizem apenas é que você não tem perfil para tal.

Já o protagonismo de poder ser um referencial por ser quem sou para outras pessoas. Eu tenho esse protagonismo, mas na maior parte das vezes sou só vítima mesmo, de todo esse sistema heteronormativo (Scárdua, 2018).

Dentro das formas de violência familiar para coagir o indivíduo a heteronormatividade está a expulsão de casa, que se traduz também em um ato de homofobia e de abandono (Mott et al, 2018).

A relação familiar entre a avó Erly e Helloy Scárdua é marcada por laços de responsabilidade e atenção, obviamente havendo os limites impostos pela heteronormatividade na personalidade da avó que possui uma lógica naturalizada hegemônica, é preciso considerar que isto tem uma história, relacionada com articulações específicas de poder-saber que, em um determinado tempo e lugar, legitimaram o comportamento heterossexual como “normal”(Petry & Meyer, 2011, p. 195).

As situações vividas por Helloy Scárdua desencadeiam uma série de condições que limitam sua autonomia e desenvolvimento social, para além destas inseguranças as violências internalizadas não encontram escape ou palição:

Daí eu desenvolvi um hábito de chorar em dias de chuva, porque eu não podia reclamar, pois se eu falasse que minha vida estava um inferno, as pessoas minimizavam dizendo que ao menos eu podia andar e a pessoa que me criou não: “Você tem mesmo que cuidar dela, pois ela está na cadeira de rodas” e o julgamento deles focava-se só nela [Erly].

[...] (som de suspiro) nossa! Quantas vezes na chuva eu sentava e a chuva caía e eu ia lá para fora, porque a água se misturava com as lágrimas e ninguém sabia que eu estava chorando, então não vinham perguntas, não vinham questionamentos... Só sentia... (Scárdua, 2018).

Os alvos da violência escondiam-se no próprio sofrimento sem poder nomeá-lo, denunciá-lo ou compreendê-lo. As mudanças em curso na conscientização da sociedade traduzem-se na produção de conceitos e teorias tendentes a interpretações dessas realidades, preparando o caminho tortuoso de sua superação (Bandeira & Batista, 2002, p. 120).

[...] eu moro sozinho. Eu fui uma pessoa pioneira, quanto essa coisa de identidade de gênero e orientação sexual na minha família, eu era novidade! Pessoa afeminada que se assumiu aos 17 anos, foi muito difícil para mim. Eu comi o pão que o diabo amassou, mas depois outras pessoas se assumiram e tiveram maior facilidade porque eu já tinha quebrado certos costumes na família.

Alguns familiares ainda me tratam com distanciamento, porém me respeitam, me respeitam não por ela, mas porque eu imponho respeito e autoridade. Algumas

peças me amam exatamente como eu sou, algumas me aceitam e outras só me suportam.

[...] E são poucas pessoas que eu tenho vínculos de afeto, de amor, porque amor para mim não é uma obrigação de sangue, amor pra mim é algo que se constrói, é algo que... se quer ou não, não é impositório (sic)... obrigatório. Ninguém é obrigado a me amar ou ninguém vai ser amado por mim só por ter o mesmo sobrenome ou o mesmo sangue. Tenho alguns amigos que são maravilhosos, que são tão família ou até mais família que a família. Só! Se for contar, no máximo 10 pessoas no total, 10, quinze pessoas no máximo... Só! (Scárdua, 2018).

Ao dar início a categoria b) Religião, Helloy diz que segundo a sua avó Erly, no intuito de lhe proteger, usava de formas violentas com a finalidade de sua heteronormatividade:

[...] E aí para me proteger ela me violentava, me batia tentando a todo custo me corrigir, para que eu virasse homem, colocando a religião no meio das coisas e confundindo tudo (Scárdua, 2018).

A religião surge sobre contexto violador, não para reforçar as violências físicas incitadas no corpo de Helloy, mas para assumir uma violência psicológica e persuasiva atuante na mente, com a finalidade de fazer o próprio indivíduo obrigar-se a imposição de gênero e heteronormatividade.

Assim, argumentos biologicistas e comportamentalistas unem-se a dogmas religiosos para legitimar opiniões preconceituosas e de senso comum (Mesquita & Perucchi, 2016, p. 112).

Ela [Erly] se tornou evangélica quando saiu da prostituição e ela achava que eu ser afeminado era algum tipo de possessão demoníaca, maldição hereditária... Espíritos... E todas essas coisas... Que eu não poderia ser uma coisa natural. E aí ela me obrigava a ir para igreja, me obrigava ir em escola bíblica dominical. Ai... (som de suspiro) essas coisas... Participar de um monte de ritos religiosos que eu não entendia ou não queria. Nossa! Aqueles encontros com Deus foram traumáticos para mim, porque eu me sentia atraído por homens, e aí nesses retiros eu tinha que ficar só no meio dos homens [segregação sexista]. Então lá ficava, quatro dias afastado do mundo no meio de um monte de homens. Eles usavam de alguns artifícios psicológicos que nos dois primeiros dias existia um voto de silêncio, você também não conhecia ninguém... E não poder falar, acordar às cinco da manhã e vai escutando textos bíblicos até a meia-noite; é uma exaustão terrível e ruim, com uns teatros doidos. Foi muito horrível tudo isso para mim... E ela me batia, né! Uma vez que a religião e orações não eram suficientes para expulsar o mal de mim... (Scárdua, 2018).

Desta maneira caracteriza-se um sofisticado jogo de saber/poder que faz da religião um dispositivo para promover e legitimar a violação de direitos e a restrição da cidadania [...] (Mesquita & Perucchi, 2016, p. 113).

Atuando de forma a legitimar o sexismo e a heteronormatividade a religião atribui ao sujeito divergente o sentimento e concepção de ser um indivíduo impuro e não natural a criação divina.

Dessa forma, a homossexualidade passa a ser vista como pecado e a pessoa homossexual como possuída ou influenciada pelo demônio, logo, a salvação estaria na conversão à religião, concebida como libertadora (Mesquita & Perucchi, 2016, p. 108).

O pecado também é um enunciado com efeitos de poder relevantes na esfera religiosa, envolvendo diversos trechos da Bíblia para reforçar a ideia de homossexualidade como pecado, perversão, abominação, prática antinatural, aberração, dentre outros. A Bíblia é tida como “palavra de Deus” e utilizada como um importante dispositivo de saber/ poder nos discursos religiosos cristãos. À medida que se configura como verdade que faz ver e faz falar os ordenamentos de uma divindade para os seres humanos, a Bíblia se torna efetivamente um dispositivo de poder na docilização dos corpos (Mesquita & Perucchi, 2016, p. 111).

[...] eles têm essa ideia de que Homem é homem, mulher é mulher! Dentro desse contexto heteronormativo/cis [cisgênero] de que a mulher tem que cuidar da casa, do lar e ter filhos e o homem tem que prover o sustento e etc... (som de suspiro). Mas o pior é a Bancada Evangélica [Frente parlamentar do Congresso no Brasil] que prendem a atenção de muitos eleitores, negando Direitos Humanos e civis a população gay. Nossa! A religião traz muito sofrimento quanto a isso, muito mesmo. Quando ia aos cultos, orações e retiros que minha avó me obrigava, eu sempre voltava com a sensação de ser alguém muito errado ou desconfigurado, que eu não era digna do amor de Deus e nem de orar ou prestar culto a Deus. E isso me é negado até hoje, por ser divergente... (Scárdua, 2018).

A violação de direitos a pessoas LGBT e a deslegitimação de projetos contra o preconceito, de conjugalidade ampliada, de identidade social, de direitos previdenciários, de adoção, entre outros, implicam no não reconhecimento desta população como gente (Mesquita & Perucchi, 2016, p. 110).

Os direitos de cidadania do grupo LGBT são, de fato, deixados de lado pelo legislador, que se omite na hora da formulação de leis que defendam essas minorias, e isso ocorre – muitas vezes - por questões religiosas e morais, e que também podem trazer reflexos eleitorais frente a grupos conservadores da sociedade (Gross & Carlos, 2015, p. 754).

Por fim, os discursos religiosos no geral direta ou indiretamente colocam a homossexualidade no patamar de desvio social, de conduta, e que os mesmos sejam

instruídos pela comunidade religiosa no sentido de algum tipo de recuperação (Pereira & Santos, 2010, p. 6).

Assim, a heteronormatividade se (re)inventa nestes discursos religiosos pela reprodução de práticas e códigos heterossexuais, sustentada por valores culturais situados e fabricados, porém, enunciados como sendo universais e transcendentais (Mesquita & Perucchi, 2016, p. 111).

[...] Então eu li um pouquinho sobre Hinduísmo, Budismo e o Espiritismo porque a reencarnação sempre foi algo que eu flertei muito, porque o conceito cristão sobre esse assunto para mim era insuficiente. Foi quando eu perguntei ao pastor: “Pastor a gente só tem uma vida?” [pastor responde] “É a gente só tem uma vida.” [...] Aí eu comecei a contestar. Só o Espiritismo por meio do Karma que veio a me explicar isso (Scárdua, 2018).

Assim como outras religiões de matriz cristã, ou seja, de um Cristo que trouxe o amor e a purificação, o Kardecismo também funciona por meio dos conceitos de certo e errado, bem e mal, divino e maligno. Estes valores também são compartilhados na religiosidade espírita, e assim como em outras religiões recai na conduta heterossexista.

Para o espiritismo o ser humano passa por diversas reencarnações, até chegar ao status de ser luz, um ser perfeito, até chegar nesse estágio a pessoa vai pagando seus pecados durante as vidas. Por isso eles não descartam a possibilidade do ser homossexual ser um viciado, pecador, e que abusou de sua sexualidade espiritual em outras vidas que agora precisa se purificar.

[...]

Com isso, evidencia-se que também o espiritismo é uma religião que vê o homossexual como um pecador, um pervertido, que deve ser acolhido “pastoralmente” no meio da comunidade religiosa para ser instruído e poder viver sua sexualidade (Pereira & Santos, 2010, p. 5).

Revela-se a ausência da religião no acolhimento instituído de compreensão da pluralidade de gênero e sexualidade humana, assim Scárdua (2018) destaca: [...] para o Kardecismo eu estou no corpo errado; mas também não é porquê eu frequento o Kardecismo que eu aceito tudo que me dizem como certo [...] Eu vou... Eu gosto. Daí quando eu não gosto, eu também não vou... [...]

Eu não acho que a religião acolha, a religião me dá um monte de respostas, mas respostas para além de gênero, né!? É legal viver o coletivismo, é legal ter pessoas ali para você contar de vez em quando, quando precisa de ajuda... Mas eu não acho que acolha, não, não acho. Eu acho que assume mais um papel antagônico do que acolhedor [...] Eu não acho que seja acolhedor não, é segregador! (Scárdua, 2018).

Embora a religião possa promover certa socialização humana a mesma também opera sob as normatividades da ordem consuetudinária, e revela-se como engrenagem criacionista de um fundamentalismo sociopolítico. Assim, há o acolhimento dos/as homossexuais pela igreja, desde que eles/as reconheçam que precisam mudar seu comportamento (Mesquita & Perucchi, 2016, p. 107).

A conclusão a que se chegou foi que os discursos em torno da homossexualidade convergem para uma moral cristã de natureza conservadora e por tanto com características que potencialmente podem ser entendidas como homofóbicas (Pereira & Santos, 2010, p. 1).

Devido a imposição de gênero e sexualidade ser um fenômeno complexo que envolve hierarquização e relação de poder, e ainda sistemas heteronormativo e conservador que existem sob imensuráveis contextos, abarca-se, então, a categoria c) Trabalho.

Estudos que envolvem questões próprias da identidade (como etnia, raça, gênero ou classe) e o trabalho laboral são relativamente recentes, surgiram na segunda metade do século XX e só ganharam atenção por parte das organizações no final da década de 1980 (Cox, 1994).

É cognoscível notar que a estrutura familiar de Helloy envolve apenas Erly sua mãe/avó. Na condição soropositivo de Erly, e devido às questões recessivas da família, Helloy assume o papel integral de cuidador e administrador da família e casa:

[...] exausta em dedicar-me 24 horas por dia sem descansar, e o BPC (Benefício de Prestação Continuada) o qual ela recebia por invalidez não era suficiente para dar conta dos gastos: aluguel, luz, alimentação, medicamentos e higiene demandados, e eu realmente exercia essa função de cuidadora voluntária para ela de segunda à segunda, em todas as horas, dia e noite. Não havia possibilidades de eu investir em um trabalho formal ou capacitação educacional (Scárdua, 2018).

Então eu era só uma pessoa para viver em função de outra, uma vez por escolha, mas percebi que socialmente por obrigação Scárdua (2018). Despreparado para a autonomia de sua vida e com a morte de sua mãe/avó Erly teve de ressignificar seu meio de vida. Pronto, eu era uma pessoa obsoleta, inútil, pois até então só vivia para cuidar de outrem e agora não existia mais outrem Scárdua (2018).

Eu não sabia o que fazer... Passaram-se quinze dias e eu comecei a trabalhar no Bob's e depois na casa dos outros com faxina... Eu só precisava manter minha independência, não morar com ninguém e pagar minhas contas... Só que a vulnerabilidade social estava muita, sabe? Eu não consegui estudar e não conseguia

progredir... Não tinha terminado o Ensino Médio! Daí fui à prefeitura, conversei com a assistente social, ela falou: “Olha, você é uma pessoa em vulnerabilidade social, você tem que estudar” Daí recebi o benefício do aluguel social, e em seis meses, por meio do EJA (Educação de Jovens e Adultos), terminei o Ensino Médio. Depois, em um ano e meio terminei o Técnico em Administração, enquanto trabalhava em uma sorveteria no bairro mesmo. Eu ia na parte da manhã trabalhar na sorveteria, saía às 18h e pegava na escola às 18:30h. (Scárdua, 2018).

É possível compreender que o ignorante facto de determinar pessoas não heteronormativas como “minorias” é denotado na realidade pela condição da vulnerabilidade social. Até porque, não se é possível quantificar como minoria indeterminado número de pessoas que não assumem socialmente seu intrínseco gênero, ou ainda, que não vivem a sua sexualidade abertamente por questões sociais ou pessoais; nem por isso perdem a condição de divergentes da heteronormatividade.

Trata-se de um bojo que compreende a recessão monetária, a ausência de moradia própria, a suburbanização, as condições étnicas, sexistas e normativistas e a carência do acesso aos serviços públicos que definirá as ditas minorias sociais – Silva Júnior argumenta:

As minorias sexuais [...] se inserem no contexto dos grupos minoritários e vulneráveis, sendo formadas por pessoas de interesses multifacetados e que sofrem preconceito, discriminação e intolerância em razão de contrariarem a heteronormatividade ou de serem percebidas como heterodiscordantes (Silva Junior, 2014, p. 79).

Responsável pelos cuidados de Erly, Helloy estava há tempos habituado aos contextos das minorias, dada as questões da antiga profissão de sua mãe/avó, sua doença e o acesso a saúde, discriminação social, sua sexualidade divergente e o esmero cotidiano de prover o necessário para viver.

A ausência de Erly na vida de Helloy possibilitou resiliência e *empowerment*, após a superação da perda de Erly desencadeou-se relativo progresso e independência social.

O Bob`s foi minha primeira experiência de emprego formal. Eu estava em processo de luto ainda, eu comecei a trabalhar lá depois de quinze dias que minha mãe morreu, minha mãe (avó Erly), e foi um período muito difícil, mas eu me foquei muito naquele trabalho, [...] Eu entrei como atendente, depois eu conheci tudo da cozinha em dois meses, em três meses eu estava já no caixa. Depois eu estava quase fazendo a prova para ser assistente de gerente, eu acho que algumas pessoas ficaram inseguras... Sabe... [...] aí eu não fiquei... Me mandaram embora (Scárdua, 2018).

Siqueira e Andrade (2012) apontam que uma das tipologias de violência que permeia as relações de trabalho, nos mais diversos tipos de empresas, é a violência contra a homossexualidade, seja por atos explícitos de homofobia, por verbalizações com duplo sentido, piadas depreciativas ou restrições a promoções, por exemplo.

[...] é mais difícil conseguir empregos regulares/formais. Porque as pessoas julgam dentro dos padrões escolhendo uma aparência que não causem problemas para empresa. E também a força da religião, por exemplo, a maior parte das empresas perto daqui de casa são de cunho evangélico, um viés evangélico, geralmente coordenadores, diretores colocam suas religiões dentro da empresa e aí complica ainda mais a vidinha da gente... (Scárdua, 2018).

É fundamental haver uma fonte de renda financeira para se progredir e exercer a cidadania, pois com a globalização e socialização humana torna-se por meio do capital a segurança e providência das as necessidades físicas das pessoas, contudo as condições capitalistas não comportam a empregabilidade total dos sujeitos, relegando fontes de rendas informais ou injustas às “minorias”. Assim, após sua dispensa do Bob`s, Helloy trabalha por quatro anos em uma sorveteria em seu próprio bairro:

Eu trabalhava muito, não tinha carteira assinada, porém eu pedi a eles para flexibilizar o meu horário, então dava para eu estudar. O emprego era em frente à escola. Então eu já saía de lá e ia direto para escola onde eu fiz o EJA e depois fiz o curso Técnico em Administração, então dois anos eu passei estudando. Trabalhei dois anos na parte da manhã para estudar a noite, e dois anos a noite. Mas aí eu enjoiei porque era a mesma rotina sempre e eu comecei a pensar no meu futuro, em outras formas de aprendizado e outras vivências... Aí procurei expandir meus horizontes. Depois disso eu trabalhei em empregos que me ajudaram a aprender mais e ter melhor perspectiva de mundo, foram excelentes para minha base, conseguir comprar as “coisinhas” acertar “coisinhas” e estudar!

[...]

Quando estava quase para terminar o meu curso e também o aluguel social, eu consegui minha casa própria, por meio do programa social Minha Casa Minha Vida E hoje em dia moro em casa própria, mas até aqui foi muito sofrido! muito sofrido! Sofrido... (Scárdua, 2018).

Os estabelecimentos empregatícios não são assépticos quanto à heteronormatividade, embora Helloy diz não demandar consternação com certas discriminações ocorridas em seus ambientes de trabalho, relata alguns fatos em sua reminiscência:

Eu, por exemplo, não podia usar maquiagem, e as meninas podiam, eu tinha o cabelo grande e as meninas também, mas eu sofria pressão para cortar o cabelo, mas eu: “Ora! Não está dentro da touca, ninguém vai ver um cabelo debaixo da touca e

de um boné, né!” Até no começo me foi indagado se eu estaria disposto a cortar meu cabelo. Eu falei que sim, mas daí eu fui enrolando, enrolando, enrolando... Mas foi ruim... (Scárdua, 2018).

No relato acima é visível que a questão não está na condição do cabelo comprido ou curto, quando às questões da higiene e aparência estão solucionadas no uso da touca e boné. Desvenda-se aqui, uma das imensuráveis formas da relação de poder e hierarquização da imposição de género.

Outro relato surge quando trabalhava na sorveteria de seu bairro, este, porém não se trata apenas de uma forma de preconceito, mas violação pública da dignidade e competência humana, assumindo claramente as condições legais da discriminação:

[...] que me deixou muito assim... constrangida, foi um grupo de evangélicos não querem ser atendidos por mim na sorveteria, e esperarem até um outro atendente desocupar para atendê-los. Então isso me gerou um desconforto porque eles estavam ali para serem atendidos e eu tive de chamar os próximos, e como era um grupo de seis pessoas, imagina o volume de seis pessoas na fila, tendo que sair a sétima pessoa da fila para vim ser atendida na frente porque eles estavam aguardando outra pessoa para atendê-los. Foi uma coisa que me deixou um tanto constrangido no momento, mas a vida segue... (Scárdua, 2018).

O preconceito discriminatório para com a não heterossexualidade age desqualificando o profissional diante de seus colegas, chefes e subordinados, ocorrendo o preterimento profissional, a exclusão e a marginalização do homossexual no ambiente de trabalho (Bicalho et al., 2011).

Hoje Helloy Scárdua presta serviços ao Grupo Orgulho Liberdade e Dignidade (GOLD); que para além uma rede de apoio solidário, trata da atenção às pessoas divergentes da heteronormatividade e suas demandas relativas a prevenção de IST's e educação sexual. Ainda assim, atuante dentro de um campo que busca compreender melhor a diversidade sexual e pluralidade de género, não está ileso dos ataques heterossexistas e conservadores da sociedade.

Eu ainda encontro dificuldades em lidar... Eu não tenho vínculos empregatícios lá não tá! Eu tenho um contrato, mas o contrato não é em carteira, então eu não contribuo para a Segurança Social. Em compensação lá me permite ir à seminários, assembleias... Então eu aprendo muito, né! Mas também não me garante um futuro. Meu contrato termina daqui dois meses e eu vou ficar desempregada, novamente. Meu projeto a gente tem que ir nos bairros que existe um alto índice de infecção por IST's e disponibilizar preservativos e *folders* informativos, e algumas pessoas hetero reforçam a heteronormatividade, dizendo: “Aí, eu não preciso disso não!” “Eu sou casado e AIDS é coisa de viado.” “Tá doído eu não pego isso não!”

É uma discriminação que parece que só LGBT pode falar com LGBT, porque o HIV e outras IST's só afetam o público LGBT. É ruim, é muito ruim. Por vezes tenho de ir em algumas barbearias ou bares, que são geralmente ambientes machistas e repletos de preconceitos; encontro muita dificuldade porque é complicado escutar piadinhas e desfoques do assunto para saber o que eu sou (você é homem ou é mulher, o que você é?). Enfim... Quando o público é jovem fica um colega hetero brincado com o outro: “Aí o que você gosta!” “Aí o que você gosta!”, entende... É complicado, é complicado (Scárdua, 2018).

A homofobia no ambiente de trabalho caracteriza-se por diversas manifestações de preconceito, discriminação e suas relações, realizada em uma perspectiva de violação dos direitos humanos (Rios, Almeida, Parker, Pimenta, & Terto Júnior, 2004).

Considerações Finais

Muitos fundamentalistas, conservadores, sexistas e homofóbicos podem alegar que a divergência heteronormativa de Helloy Scárdua e a sua condição queer foram motivadas por sua própria história de vida, ou seja, que todas as violências e tragédias em sua vida corroboraram para a divergência das condições normatizadoras hegemônicas. Mas a gnose desta investigação revela justamente a contraposição, ou seja, a pluralidade humana de Helloy e sua condição divergente heteronormativa que o tornou e o torna alvo constante das violências do processo de imposição de gênero e sexualidade da sociedade.

É verossímil saber que a todo instante pessoas divergentes da heteronormatividade têm suas vidas cada vez mais violadas ou exterminadas; às violências vividas por Helloy Scárdua não se findam na conclusão desta Investigação. O cotidiano da sociedade normativista e conservadora trabalha a cada milionésimo de segundo com imensuráveis formas de impor o gênero e sexualidade.

É importante que pesquisadores não heteronormativos, como eu, produzam estudos e investigações pertinentes no âmbito de sua formação com a finalidade de transcender o ignoto e produzir circunstâncias amplificadoras do conhecimento e possibilidade de uma sociedade mais desenvolvida em sua humanidade.

A imposição de gênero possui desfechos distintos, por vezes a homofobia, que transita entre formas fatais e mutiladoras da condição humana. Onde a desgraça não consiste na natureza da morte, pois naturalmente esta é a única certeza da vida. A desgraça está no facto de um ser humano desprezar e violentar o outro antes da natureza de sua morte, forçando a pessoa extinguir sua própria natureza humana antes de morrer.

A imposição de género não contradiz nem abala a hegemonia e o sistema sociopolítico, pois a mesma é naturalizada na sociedade pelas normas conservadoras, sexistas e fundamentalistas. Assim, a pluralidade de género e sexualidade não usufruem de factual igualdade de direitos, não existem direitos sociais se parte da sociedade é submetida a condições excludentes pela hegemonia.

Os direitos sociais devem abarcar toda a sociedade. Entretanto, reconhecer as especificidades da diversidade humana torna-se fator fundamental. É preciso medidas congruentes que assegurem a equidade dos direitos sociais e resguarde a diversidade humana. Em lógica simplificada, não se pode erradicar a fome distribuindo apenas pães se parte das pessoas são celíacas. Isto implica a criação de projetos, programas, leis e sistemas que zelem pelos sujeitos em suas condições e diversidades.

As especificidades dos grupos sociais, decorrentes de condições históricas e culturais ou das diferenças inscritas nos corpos e socialmente significadas, requerem condições especiais para que se alcance a igualdade entre os diferentes grupos. Os direitos elaborados sob a orientação deste princípio filosófico-político são chamados direitos equivalentes. São direitos diferenciados, mas que não visam instituir privilégios, e sim, promover a igualdade de condições de vida entre indivíduos diferentes (P. Scott, Lewis, & de Quadros, 2009, p. 79).

Para superar as violações e sofrimentos vivenciados na sociedade por conta do preconceito e discriminação da identidade de género e sexualidade, é necessária atuação a nível político, sendo a questão tratada em âmbito escolar, a fim de promover, no cotidiano das famílias e da sociedade a valorização da vida e suas condições plurais. Proporcionar o entendimento da diversidade humana, na finalidade da promoção dos valores humanos sob as identidades e sexualidades pessoais. A ausência de ações preventivas e protetivas na gestão política e o viés do conservadorismo religioso, naturalizam o sexismo e progridem a imposição de género que coage e vitimiza a liberdade de sujeitos diversos.

Uma mudança nos parâmetros da educação escolar é um início, um passo, uma forma de atribuir abertura de compreensão ao diverso, de trabalhar a aceitabilidade e combater as violências ocasionadas pela imposição de género e sexualidade. Ainda assim tal medida não é regulada pelo Congresso brasileiro.

Não se trata de uma tarefa fácil, visto a influência do conservadorismo estrutural da sociedade. Apesar disso, os valores morais, assim como as regras sociais, mudam de acordo com os interesses, com o tempo, com o grau de conhecimento e liberdade de

questionamento da sociedade. Helloy Scárdua, Itaberli Lozano⁹, Dandara dos Santos¹⁰, Gisberta¹¹, assim como esta investigação científica, buscaram ou buscaram o progresso do direito à vida e a dignidade social sob as condições plurais de gênero e sexualidade. No contexto dessa realidade Bandeira e Batista (2001) mencionam à obra de Nietzsche:

Em Assim falou Zaratustra, Nietzsche⁵³ faz alusão às três metamorfoses do espírito: como o espírito se torna camelo; e o camelo, leão; e o leão, por fim, criança. Essas alegorias, que vão desde o espírito de suportar, simbolizado pelo camelo, até a libertação da criação, simbolizada pela criança, fazem referências ao trânsito tortuoso do indivíduo diante da repressão que interiorizou os valores cristãos do sofrimento e de abnegação. Isto é, da negação (camelo), que se metamorfoseia no leão, que quer ser seu próprio senhor, desvencilhando-se dessa moral de escravo, e que para isso precisa lutar contra o dragão, que simboliza o “dever-ser”, o valor das coisas, a negação da individualidade. O leão criará para si a liberdade de novas criações. Para o espírito, suportar o respeito e conquistar o direito de criar novos valores é a mais terrível conquista. A última metamorfose é a do leão em criança, que anuncia o novo começo. O espírito quer agora a sua vontade. Aquele que está perdido para o mundo conquista seu mundo (Bandeira & Batista, 2002, p. 137).

A resiliência, o *empowerment* e a representatividade não o torna inatingível dos processos que ainda buscam normatizar. Mesmo, após auto identificar-se divergente à imposição de gênero e sexualidade, impostos desde a infância, persiste a coação em diversas situações da vida, seja na família, na religião ou no emprego. O abandono ou julgo familiar e religioso, às condições da boa aparência, conservadora, para o mercado de trabalho, faz com que muitas vezes a resistência dê lugar a resiliência, dado o motivo de ter que se viver sobre as concepções de uma sociedade heterossexista.

Foram múltiplas as formas de agressões e coerções sofridas no relato da vida de Helloy Scárdua, a investigação revela da infância à adolescência: Opressão psicológica, violência física, intimidação sexual e coibição em cárcere privado, todas estas violações impostas por seus familiares devido a sua natureza discordante de gênero e sexualidade. Socialmente, com a morte de sua mãe biológica, pode-se verificar a segregação social dada a convivência com pessoa portadora de SIDA, ainda, grande parte do abandono familiar devido sua gestação fora do casamento e sua discordância às expectativas heteronormativas.

Por meio de mecanismos internalizados na sociedade consuetudinária o conservadorismo e o sexismo criam ferramentas físicas e psicológicas de coação,

⁹ Jovem de 17 anos, morto pela mãe por homofobia. Acesso 02/08/2018 em: <http://bit.ly/ItaberliLozano>

¹⁰ Travesti torturada e morta publicamente. Acesso 02/08/2018 em: <http://bit.ly/DandaraSantos>

¹¹ Brasileira símbolo LGBT cujo assassinato levou a novas leis em Portugal. Acesso 02/08/2018 em: <http://bit.ly/Gisberta>

**Imposição de Gênero e Sexualidade:
A Violência de uma Cultura Heteronormativa**

agressão e discriminação para impor uma identidade de gênero e adestrar uma sexualidade, condicionando o heteronormativismo que afeta o desenvolvimento da vida de pessoas não heteronormativas, reproduzindo a homofobia que devasta incalculavelmente toda a sociedade, seja por meio das penalizações legais aos agressores, seja por meio dos sofrimentos pungidos a pessoa diversa.

A cultura de imposição de gênero e sexualidade afeta a vida cotidiana e a existência de pessoas divergentes do heteronormativismo por meio dos Aparelhos Ideológicos de Estado¹², que preservam o conservadorismo, modelo normativo de família e o estigma social que inferiorizam as pessoas e pervertem a sua humanidade devido a sua natureza não heteronormativa.

¹² Althusser, L. (1970), Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado.

Referências

- Althusser, L. (1970). *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. (M. Fontes, Ed.). Lisboa: Presença. Retrieved from <https://docs.google.com/file/d/0Bxad40l-hCVbNWdSeFpiYk91Rjg/edit?pli=1>
- Atkinson, R. (2002). *The Life Story Interview*. (J. Grubium, J. & Holstein, Ed.). Thousand Oaks: Sage. <https://doi.org/10.4135/9781412986205>
- Auad, D. (2004). Relações de Gênero nas práticas escolares: da escola mista ao ideal de co-educação. *Faculdade de Educação Da Universidade de São Paulo. Tese (Doutorado Em Educação - Área de Sociologia Da Educação)*.
- Bandeira, L., & Batista, A. S. (2002). Preconceito e discriminação como expressões de violência. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 119–141. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100007>
- Berteaux, D. (2005). *Los relatos de vida*. Barcelona: Bellaterra.
- Bicalho, R. A., de Pádua Carrieri, A., Rodrigues Diniz, A. P., & Pereira de Souza, M. M. (2011). Violência simbólica e homossexualidade: um estudo nas principais cidades brasileiras. *Jornal Do Extremo Oriente de Psicologia e Negócios*, 5(1), 1–22.
- Bobbio, N. (2002). *Elogio da serenidade*. (M. A. Nogueira, Ed.) (2nd ed.). São Paulo: UNESP.
- Butler, J. (1997). *Excitable speech: a politics of the performative*. New York: Routledge.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero – Feminismo e subversão da identidade* (1ª). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Castoriadis, C. A Instituição Imaginária da Sociedade (1982). São Paulo: Paz e Terra.
- Cornwall, A., Jolly, S., Campuzano, G., Corrêa, S., Armas, H., Greig, A., ... Huq, S. (2008). *Questões de sexualidade: ensaios transculturais*. Institute of Development Studies (ABIA). Rio de Janeiro.
- Cox, T. H. J. (1994). *Cultural diversity in organizations: theory, research and practice*. San Francisco: Berrett-Koehler Publishers.
- Deursen, F. van. (2017). O que há por trás dos campos de concentração de gays na Chechênia. Retrieved July 7, 2017, from <https://super.abril.com.br/blog/contautra/o-que-ha-por-tras-dos-campos-de-concentracao-de-gays-na-chechenia/>
- Digneffe, F. & Beckers, M. (1997). Do individual ao social: a abordagem biográfica. *Práticas e Métodos de Investigação Em Ciências Sociais*, 203–245.
- Fausto-Sterling, A. (1993). Os cinco sexos: porque macho e fêmea não são o bastante. *The Sciences - Tradução: Alice Gabriel*, p.20-24. Retrieved from https://esquizotrans.wordpress.com/2009/03/26/alice-traduz-fausto-sterling/#_ftn1
- Foster, D. W. (2001). Consideraciones sobre el estudio de la heteronormatividad en la literatura Latinoamericana. *Revista Do Programa de Pós-Graduação Em Letras - Universidade Federal de Santa Maria*. <https://doi.org/10.5902/2176148511823>
- Foucault, M. (1999). *História da Sexualidade* (13ª). Rio de Janeiro: GRAAL Ltda.
- Freud, S. (2011). Sigmund FREUD Obras Completas Volume 15. In P. C. de Souza (Ed.), *FREUD (1920-1923) PSICOLOGIA DAS MASSAS E ANÁLISE DO EU E OUTROS TEXTOS* (1st ed., pp. 270–276). São Paulo: Companhia Das Letras.
- Gamson, J. (2006). *As sexualidades, a teoria “queer” e a pesquisa qualitativa*. (Denzin Norman K., Lincoln Yvona S., & Netz Sandra Regina., Eds.), *O planejamento da pesquisa qualitativa teorias e abordagens* (Artmed). Porto Alegre.

- Glat, R. (1989). *Somos iguais a vocês: depoimentos de mulheres com deficiência mental*. Rio de Janeiro: Agir.
- Goffman, E. (1988). Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. *Antropologia Social*, 158. <https://doi.org/10.1097/HRP.0b013e31827d7df4>
- Gross, J., & Carlos, P. P. de. (2015). DA CONSTRUÇÃO DA SEXUALIDADE AOS DIREITOS LGBT : UMA LENTA CONQUISTA. *Revista Eletrônica Direito e Política*, 10(2), 747–761.
- Guimarães, G. T. D., Fernandes, I., Arruda, M. P. de, Mendiondo, M. S. Z., Ruschel, M., Schnorr, R. C. da C., & Farenzena, Z. M. F. (2002). Aspectos da teoria do cotidiano: Agnes Heller em perspectiva (p. 150).
- José, P. (2016). OBSERVATÓRIO DA DISCRIMINAÇÃO: DENÚNCIAS DISPARAM 300%. Retrieved April 10, 2017, from <https://esqrever.com/2016/05/21/observatorio-da-discriminacao-denuncias-disparam-300/>
- Junqueira, R. (2007). *Corpo, gênero e sexualidade: Discutindo práticas educativas. O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar*. Rio Grande do Sul: Ed. da FURG.
- Kellner, D. (1988). Postmodernism as Social Theory: Some Challenges and Problems. *Theory, Culture & Society*, 5(2–3), 239–269. <https://doi.org/10.1177/0263276488005002003>
- Kelsen, H. (1999). *Teoria Pura do Direito (J. B. Machado, trad.)* (6ª). São Paulo: Martins Fontes.
- Koehler, S. M. F. (2013). Homofobia, cultura e violências: a desinformação social. *Interações*, 26(26), 129–151.
- Lahire, B. (2005). Patrimônios individuais de disposições: Para uma sociologia à escala individual. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, 11–42. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Levenson, E. (2017). Orlando Pulse nightclub owner plans “iconic” memorial, museum. Retrieved May 6, 2017, from <https://edition.cnn.com/2017/05/04/us/orlando-pulse-club-memorial/index.html>
- Louro, G. L. (2000). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Cadernos de Pesquisa* (2º). Belo Horizonte: Autêntica. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742000000100012>
- Louro, G. L. (2001). Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, 9(2), 541–553. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200012>
- Mesquita, D. T., & Perucchi, J. (2016). NÃO APENAS EM NOME DE DEUS: DISCURSOS RELIGIOSOS SOBRE HOMOSSEXUALIDADE. *Psicologia e Sociedade*, 28(1), 105–114. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v28n1p105>
- Mosley, M. (2015). Guevedoces: o estranho caso das “meninas” que ganham pênis aos 12 anos. Retrieved March 24, 2017, from <http://bit.ly/saibasobguevedoces-machihembras>
- Mott, L., Michels, E., & Paulinho. (2018). Mortes Violentas De Lgbt No Brasil Relatório 2017. Retrieved May 7, 2018, from homofobiamata.wordpress.com
- Navasconi, P. V. P., & Moscheta, M. dos S. (2017). O Existente Inexistente: A Interseccionalidade de Raça, Sexualidade e Suicídio. (Universidade Estadual de Maringá, Ed.). Paraná: Simpósio Internacional em Educação Sexual. Retrieved from <http://www.sies.uem.br/trabalhos/2017/3179.pdf>
- Olabuenaga, J. I. R. (2012). Metodología de la investigación cualitativa. *Sociales, Serie Ciencias*, 15, 92.

- Pelúcio, L. (2009). Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS. *Revista Estudos Feministas*, 20(1), 320–322. Retrieved from <http://www.redalyc.org/pdf/381/38122296019.pdf>
- Pereira, D. R. S., & Santos, J. B. dos. (2010). O Papel Das Religiões Enquanto Instâncias Reguladoras Das Sexualidades Alternativas : O Caso Da Homofobia E, 5, 1–12.
- Petry, A. R., & Meyer, D. E. E. (2011). Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa Transexuality and heteronormativity: some topics for research. *Textos & Contextos*, 10(1), 193–198. <https://doi.org/10.5935/2175-3520.20150003>
- Polit, D.F., Beck, T.C., Hungler, B. P. (2004). *Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização* (5ª). Porto Alegre: Artmed.
- Ribeiro, C. (1996). *A Fala da Criança Sobre Sexualidade Humana: o dito, o explícito e o oculto* (1ª). São Paulo: Mercado de Letras. Retrieved from <http://www.pnas.org/cgi/doi/10.1073/pnas.0703993104>
- Rios, L. F., Almeida, V. de, Parker, R., Pimenta, C., & Terto Júnior, V. (2004). *Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde Homosexuality: cultural production, citizenship and health*. Rio de Janeiro: Abia.
- Rubin, G. (1998). *Thinking Sex: Notes for a radical theory of the politics of sexuality*. (P. M. Nardi & B. E. Schneider, Eds.), *Social Perspectives in Lesbian and Gay Studies: A Reader*. London: Routledge.
- Santos, A. C. (2006). Estudos queer: Identidades, contextos e acção colectiva. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (76).
- Santos, L. H. S. dos. (2007). SEMINÁRIO DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA. In *Heteronormatividade E Educação*. Brasília.
- Scott, J. W. (1994). Prefácio a Gender and Politics of History*. *Cadernos Pagu - Desacordos, Desamores e Diferenças*. Retrieved from <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1721/1705>
- Scott, P., Lewis, L., & de Quadros, M. T. (2009). *Gênero, diversidade e desigualdades na educação. Gênero, diversidade e desigualdades na educação: interpretações e reflexões para a formação docente*. Recife: Universitária UFPE. Retrieved from https://www.ufpe.br/documents/1016303/1020379/gnero+diversidade+e+desigualdade+na+educa_o.pdf/fdda0d28-41f4-4145-bb34-e0013193a9cb
- Silva Junior, A. M. (2014). *Diversidade sexual e inclusão social : uma tarefa a ser completada*. São Paulo: Lemos e Cruz.
- Siqueira, M. V. & Andrade, A. (2012). Em busca de uma pedagogia gay no ambiente de trabalho. In Freitas, M. E. de; Dantas, M. Diversidade sexual e trabalho.
- Souza, J. M. A. de. (2016). Edmund Burke e a gênese conservadorismo. *Serviço Social & Sociedade*, (126), 360–377. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.073>
- Storey, A. A., Ramirez, J. M., Quiroz, D., Burley, D. V., Addison, D. J., Walter, R., ... Matisoo-Smith, E. A. (2007). Radiocarbon and DNA evidence for a pre-Columbian introduction of Polynesian chickens to Chile. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 104(25), 10335–10339. <https://doi.org/10.1073/pnas.0703993104>
- Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, 9(2), 460–482. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200008>

Anexo 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



Mestrado em Serviço Social

IMPOSIÇÃO DE GÉNERO E SEXUALIDADE:
A Violência de uma Cultura Heteronormativa

Investigador: Aldryn Cardoso, mestrando do ISMT

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

1. O objetivo da presente pesquisa é identificar como a cultura hegemônica afeta a vida de pessoas divergentes ao heteronormativismo, denunciando os sofrimentos e coerções ocasionados na História de Vida do sujeito por conta de sua divergência a imposição de género e sexualidade da sociedade.
2. Os dados recolhidos neste trabalho serão utilizados, exclusivamente, para fins académicos e científicos;
3. Garante-se que a pesquisa não trará prejuízo na qualidade e condição de vida e trabalho do participante.
4. O participante têm a segurança de receber esclarecimentos acerca da pesquisa e a liberdade de retirar o consentimento a qualquer momento.

Eu, Eloy Henrique Scardua Júnior aceito participar desta pesquisa de forma livre e esclarecida

Brasil - ES. 12/08/2018

Assinatura do Participante: Eloy Henrique Scardua Junior
Identificação: 2301082-ES.

Assinatura do Pesquisador: Aldryn Cardoso
Identificação: V634F6963.

Profa. Dra. Fátima Regina Ney Matos

Professora Auxiliar no Instituto Superior Miguel Torga (ISMT)

**Imposição de Género e Sexualidade:
A Violência de uma Cultura Heteronormativa**

Participante:

Nome de Registro: Eloy Henrique Scardua Júnior,

Nome Social: Helloy Scárdua,

Data de Nascimento: 02/ 07/ 1990 - 28 anos,

Escolaridade: Cursando Téc. em Enfermagem,

Nacionalidade: Brasileiro,

Naturalidade: Espírito Santo,

Profissão: Educador Social / Agente de prevenção de Infecções Sexualmente transmissíveis (IST),

Etnia: Pardo,

Religião: Espírita Kardecista,

Sexo: Macho,

Gênero:Fluido,

Papel Social: Queer,

Orientação Sexual: Homossexual.



Anexo 2 – Nomeações de Helloy Scárdua: Conselho Estadual LGBT e Comissão Municipal de Direitos Humanos

DIÁRIO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO

EXECUTIVO

2

Vitória (ES), Segunda-feira, 02 de Outubro de 2017.

Titular: Gracimeri Vieira Soeiro de Castro Gaviorno

Suplente: Daniella de Souza Figueiredo

e. Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social - SETADES

Titular: Lutz Franthesco da Silva Rocha

Suplente: Clerismar Lyrio

f. Secretaria de Estado da Educação - SEDU

Titular: Danieli Spagnol Oliveira Correia

Suplente: Aldete Maria Xavier

g. Secretaria de Estado da Saúde - SESA

Titular: Julimar Soares França

Suplente: Julio Cesar Moraes

h. Secretaria de Estado da Cultura - SECULT

Titular: Valdir Castiglione

Suplente: Marcelo Ferreira Siqueira

i. Secretaria de Estado de Turismo - SETUR

Titular: Carolina Fávero de Souza

Suplente: Joyce Coelho Simões

j. Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo - DPE

Titular: Vivian Silva de Almeida

Suplente: Douglas Admiral Louzada

k. Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Titular: Viviane Correa

Suplente: Marcela Vales Souza Chagas

l. Instituto Federal do Espírito Santo - IFES

Titular: Edmar Reis Thiengo

Suplente: Alciades Mello dos Santos

II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

a. Fórum LGBT do Espírito Santo

Titular: Fábio Veiga Silva Pires

Suplente: Rebeca Valadão Bussinger

b. Fórum Municipal LGBT da Serra

Titular: Layza Lima (NS) RG 3.5017.909 SESP/ES

Suplente: Wesley Luiz Mendes Pacheco

c. Consciência, Orgulho e Respeito no Espírito Santo - CORES

Titular: Ilza Natália Becher

Suplente: Tales Pereira da Silva

d. Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade - GOLD

Titular: Rafael Benedito Santos

Suplente: Helloy Scárdua (NS) RG 2.301.082 SESP/ES

e. Coletivo Colorifés

Titular: Ana Beatriz Moreto do Vale

Suplente: Hilquias Moura Crispim

f. Instituto Brasileiro de Transmasculinidade - IBRAT

Titular: Carlos Eduardo Medeiros de Melo (NS) RG 3.142.146 SESP/ES

Suplente: Murilo Lopes Teixeira

(NS) RG 3.334.930 SESP/ES

g. Conselho Regional de Serviço Social da 17ª Região/ES - CRESS

Titular: Tuanne Almeida Ramos

Suplente: Sabrina Moraes Nascimento

h. Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região/ES - CRP

Titular: Marina Francisqueto Bernabé

Suplente: Gabriela Bergamaschi

i. Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo - SINDIUPES

Titular: Tiago da Silva Mello

Suplente: Menderson Rezende de Moura

j. Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/ES

Titular: Flávia Brandão Maia Perez

Suplente: Luiz Guilherme Mota Vello

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Anchieta, em Vitória, aos 29 dias do mês de setembro de 2017, 196º da Independência, 129º da República e 483º do Início da Colonização do Solo Espírito-santense.

CÉSAR ROBERTO COLNAGHI

Governador do Estado - em exercício

Protocolo 347661

RESUMO DOS ATOS ASSINADOS PELO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO EM EXERCÍCIO DECRETO Nº 1509-S, DE 29.09.2017

NOMEAR, de acordo com o Art. 12, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, **BRUNA DE ARAÚJO BELO**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico do Sistema Penal, Ref. QC-01, localizado na Diretoria de Assistência Jurídica do Sistema Penal - DIRAJUSP, da Secretaria de Estado da Justiça.

Protocolo 347662

DECRETO Nº 1510-S, DE 29.09.2017.

NOMEAR, de acordo com o Art. 12, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, **THAMIRIS DEZAN NASCIMENTO PAMPOLIM**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assistente Técnico, Ref. QC-04, localizado na Diretoria de Assistência Jurídica do Sistema Penal - DIRAJUSP, da Secretaria de Estado da Justiça.

Protocolo 347663

Secretaria de Estado do Governo - SEG -

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Contrato: Nº 017/2011

Processos Nº: 55329500

Referência: Pregão Eletrônico nº 003/2009 - Secretaria de Estado de Gestão de Recursos Humanos - SEGER

Contratante: Secretaria de Estado do Governo.

Contratada: Telemar Norte Leste S/A

Objeto: Rescisão Amigável do contrato nº 017-2011 de acordo com a Cláusula Primeira Item 1.2 e 1.3 do Primeiro Termo Aditivo. **Vigência:** Ficam rescindidos a partir do dia 28 de agosto de 2017, todos os termos do contrato nº 017/2011.

Base Legal: A rescisão contratual tem como base o artigo o artigo 54 §1º e 79, II da Lei nº 8.666/93.

Protocolo 347570

Secretaria da Casa Civil - SCV -

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 065 de 29.09.2017

O CHEFE DO GRUPO ADMINISTRATIVO E DE RECURSOS HUMANOS DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições resolve:

Conceder recesso regulamentar ao estagiário da Vice Governadoria abaixo:

Exercício 2017

Christiany Paula Ventura do Nascimento

Nº funcional: 3823911

10 dias a partir de 02.09.2017

Vitória, 29 de setembro de 2017.

MARILOIZE AMBROZIM SANTOS SALEME

Chefe do GARH da Casa Civil

Protocolo 347651

Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo - IPAJM -

A Diretoria Técnica do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo - IPAJM, no uso de suas atribuições autorizou a publicação abaixo:

DEFERIR a imunidade da contribuição previdenciária sobre a parcela do benefício que não exceder o dobro do limite máximo estabelecido para o regime geral de previdência social aos beneficiários abaixo relacionados, de acordo com o § 3º, art. 40 da Lei Complementar nº 282/2004, regulamentado pela Portaria nº 32-R, de 08/04/2011.

1) DENISI DE OLIVEIRA, processo nº 78897882, a partir da data do requerimento, em 18/07/2017. Validade: permanente.

2) IRIS VIEIRA SIMÕES, processo nº 79036635, a partir da data do requerimento, em 27/07/2017. Validade: permanente.

3) JORMI MARIA DE SOUZA E SILVA, processo nº 75536463, a partir da data do requerimento, em 01/09/2016. Validade: 20/05/2020.

4) JOSEFA VICENTE LEAL, processo nº 79154964, a partir da data do requerimento, em 02/08/2017. Validade: 07/06/2022.

5) MAURO DANIEL DEORCE, processo nº 71818049, a partir da data do requerimento, em 17/07/2017. Validade: permanente.

6) MOISES BARBOSA ESPINDOLA, processo nº 56233825, a partir da data do requerimento, em 04/08/2017. Validade: permanente.

7) NADIA CARMINAT RODRIGUES, processo nº 78903637, a partir da data da aposentadoria, em 29/09/2012. Validade: permanente.

DEFERIR a isenção do IRRF aos beneficiários abaixo relacionados, de acordo com o inciso XIV, do art. 6º da Lei Federal nº 7.713/88 e suas alterações.

1) DENISI DE OLIVEIRA, processo nº 78897882, a partir da data do início dos sintomas comprovados da doença, em 04/11/2016. Validade: permanente.

2) IRIS VIEIRA SIMÕES, processo nº 79036635, a partir da data do início dos sintomas comprovados da doença, em 30/11/2016. Validade: permanente.

3) JORMI MARIA DE SOUZA E SILVA, processo nº 75536463, a partir da data do diagnóstico da doença, em 20/05/2015. Validade: 20/05/2020.

4) JOSEFA VICENTE LEAL, processo nº 79154964, a partir da data do diagnóstico da doença, em 07/06/2017. Validade: 07/06/2022.

5) MARILCEIA HADDAD TORRES, processo nº 04113365, a partir da data da aposentadoria, em 18/04/2004. Validade: permanente.

6) MAURO DANIEL DEORCE, processo nº 71818049, a partir da data do início dos sintomas comprovados da doença, em 11/07/2017. Validade: permanente.

7) MOISES BARBOSA ESPINDOLA, processo nº 56233825, a partir de 02/06/2017, tendo em vista o vencimento do Laudo Médico expirado em 01/06/2017. Validade: permanente.

8) NADIA CARMINAT RODRIGUES, processo nº 78903637, a partir da data da aposentadoria, em 29/09/2012. Validade: permanente.

9) RAQUEL NOGUEIRA, processo nº 51398346, a partir da data da aposentadoria, em 01/11/2006. Validade: permanente.

Protocolo 347568

Ato 077 SCT/GBA/DT 2017

A Diretoria Técnica do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo - IPAJM, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE:

Publicar, com base na Portaria nº 69-R de 09 de setembro de 2009, publicada no DOES em 10/09/2009, as Averbções de Tempo de Contribuição relacionadas abaixo, com a finalidade de cômputo para a aposentadoria:

Órgão / Nome / Nº Funcional-Vínculo / Regime / Período.

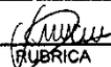
SEDU
EDIMAR MANOEL RENZELMAN
617183-4
RGPS
01/09/1976 a 31/03/1978

Imposição de Género e Sexualidade:
A Violência de uma Cultura Heteronormativa



Prefeitura Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

DECRETO Nº 17.227

SEGOV/GDO
DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA
DE: 27, 11, 17
 RUBRICA

**Nomeia membros para compor o
Conselho Municipal de Direitos
Humanos - CMDH.**

O Prefeito Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe são conferidas no inciso XV do Art.113 da Lei Orgânica do Município de Vitória, e tendo em vista o disposto no Art. 5º da Lei nº 6.826, de 22 de dezembro de 2006, que criou o Conselho Municipal de Direitos Humanos,

D E C R E T A:

Art. 1º. Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Direitos Humanos - CMDH, para atuação no biênio 2017-2019, na forma abaixo discriminada:

I - representantes do Poder Executivo Municipal:

a) Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos

Titular : Nara Borgo Cypriano Machado

Suplente: Dario Sergio Rosa Coelho

b) Secretaria de Segurança Urbana

Titular : Ewerton Trindade Vettorazzi

Suplente: Tatiane de Souza Conceição Ferreira

c) Secretaria de Educação:

Titular : Maria Angélica Menezes Freire

Suplente: Jandira Gualberto Reis

d) Secretaria de Saúde:

Titular : Rodrigo Buback Covre

Suplente: Iara Cristina Rocha Lopes

e) Secretaria de Assistência Social:

Titular : Daniela Alcantara Colatto

jr

**Imposição de Género e Sexualidade:
A Violência de uma Cultura Heteronormativa**

Decreto nº 17.227-17-fls. 2 -

Prefeitura Municipal de Vitória

Suplente: Clarice Romeiro Campos

II - representantes da Polícia Militar do Espírito Santo:

Titular : Cap. Rivelino Bonfim dos Santos

Suplente: Ten. Estéfane da Silva Franca Ferreira

III - representantes da Sociedade Civil:

a) Instituições de Ensino Superior:

Titular: Elisângela Maria Marchesi - Centro Universitário
Católico de Vitória

Suplente: Cinthya Andrade de Paiva Gonçalves - UFES

**b) Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Espírito
Santo:**

Titular: Jeniffer Balarini Lemos Künsch

Suplente: Kellen Coelho Pereira

c) Associação Capixaba de Redução de Danos - ACARD

Titular : Helloy Scardua (NS) RG 2.301.082 SESP/ES

Suplente: Babi Andrade (NS) RG 1.958.165 SESP/ES

d) Avalanche Missões

Titular: Júlia Cibele Gomes Santos

Suplente: Rosenberg Veras Leite Alves Galvão de Miranda

e) Conselho Popular de Vitória -CFV

Titular : Emanuel da Penha Ribeiro

Suplente: Priscila Oliveira de Araújo

f) Conselho Regional de Psicologia - CRP - 16ª Região-ES

Titular: Tammy Andrade Motta

Suplente: Danilo Candido Lemos

g) Central Única dos Trabalhadores - CUT

Titular : Menderson Rezende de Moura

Suplente: Gilberto Jesuíno de Oliveira

h) Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade - GOLD

Titular : Elizabeth Luciana dos Santos Medeiros

Suplente: Alexandre Alves Alexandre

i) Orgulho Gay LGBT do Espírito Santo - OGES

Titular : Edson Vander da Cruz (Blancher)

Suplente: Marco Antônio Cruz de Araujo

j) União de Negros pela Igualdade do Espírito Santo-UNEGRO- ES



**Imposição de Género e Sexualidade:
A Violência de uma Cultura Heteronormativa**

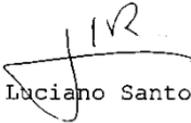
Decreto nº 17.227-17-fls. 3 -

Prefeitura Municipal de Vitória

Titular : Wellington Barros Nascimento
Suplente: Sidney Parreira de Oliveira

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio Jerônimo Monteiro, 22 de novembro de 2017.


Luciano Santos Rezende
Prefeito Municipal

Nara Borgo Cypriano Machado
Secretária Municipal de Cidadania e Direitos Humanos

CI N° 112/17-SEMCID/GAB

Anexo 3 – Íntegra dos Relatos de Helloy Scárdua

Relatos da História de Vida:

Helloy Scárdua possui 28 anos, é brasileiro, natural do estado do Espírito Santo, cursa ensino técnico em enfermagem, trabalha no Grupo Orgulho Liberdade e Dignidade (GOLD) atuando como agente na prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST/SIDA), onde também assume a função de Educador Social. Para além disso, compõe os Conselhos de Direitos Humanos e o Conselho Estadual LGBT do distrito de Vitória (ES). Autodefine-se como um indivíduo homossexual de sexo macho e de gênero fluido, onde não assume em exclusividade nenhum dos papéis sociais binários de gênero (homem/mulher), definindo-se desta maneira como um sujeito queer.

13/08/2018

Investigador: Poderia conversar melhor comigo sobre a sua condição queer/não-binária? Como você enxerga essa condição não-binária dentro de uma sociedade que é binária?

— Como nasci com pênis ganhei uma “caixinha azul”, e nessa “caixinha azul” tínhamos tudo o que uma pessoa com um pênis deve ser, tanto de forma moral, social ou vestuário. Também comportamental/sentimental. Abrange tudo essa questão de gênero!

Como eu nasci com um pênis eu não podia chorar, eu tinha que gostar de carrinhos, a cor azul era a minha cor, eu tinha que gostar sempre do azul...

Para mim a violência era sempre estimulada, eu tinha que bater, brincar de lutinha. Só que eu vi as coisas da outra caixinha, da caixinha que tinha vagina, e ai, eu gostava de bonecas, eu gostava da variedade de roupas, maquiagem, pintar as unhas, poder chorar, andar de mãos dadas com a melhor amiga, mostrar sentimentos e vulnerabilidade. E ai, eu vi que tinha uma outra caixinha rosa que também era legal. Por que eu tenho que ficar só dentro da caixinha azul?

Daí peguei o que eu gostava entre essas caixas e criei uma própria expressão de gênero... Eu me vejo como uma pessoa que tem um pouco dos dois gêneros.

Investigador: Com este arranjo que você fez para se sentir melhor, como você se sente na sociedade e como você percebe que é visto pela sociedade?

— Eu me sinto um Alien – Realmente eu sou um Alien. As pessoas acham que sou um transexual que não chegou num processo. Eles acham que eu estou sempre em

transição, sempre acham que eu estou caminhando para ser uma mulher trans e não que o meu processo já está completo; que eu sou uma pessoa que aceitou que pode usar roupas que são distintas para os dois gêneros: usar coisas femininas quanto masculinas.

As trans olham para mim e falam: “Nossa! Você vai ficar uma mulher linda se colocar peitos.” E aí outras pessoas falam: “Nossa! Você seria um homem lindo se você cortasse o cabelo.” entendeu? Sempre ficam tentando me jogar para a caixinha azul ou para a caixinha rosa.

Investigador: Com essa sensação de ser um alienígena, alguém de outro mundo, você se vê como vítima ou protagonista?

— Eu me vejo como vítima e protagonista. Vítima porque não importa, não importa se eu tenho as notas mais altas, que eu tenha um potencial incrível para algo que estudei... Na entrevista de emprego eles sempre escolhem o indivíduo que se adequa mais ao seu papel social heteronormativo... É muito difícil porque você sabe que é preconceito, mas não tem como provar que é, porque o que eles dizem apenas é que você não tem perfil para tal.

Já o protagonismo de poder ser um referencial por ser quem sou para outras pessoas. Eu tenho esse protagonismo, mas na maior parte das vezes sou só vítima mesmo, de todo esse sistema heteronormativo.

15/08/2018

Investigador: Sabemos que vivemos em uma sociedade de categorizações: preto, branco, pardo, índio, rico, pobre, crente, ateu, americano, europeu, homossexual, heterossexual, assexual, pansexual, bissexual; então... Essas categorizações tem todo um signo para o indivíduo e para a sociedade que ajuda na compreensão da nossa identidade pessoal.

— Então vamos falar um pouquinho sobre rótulos, você está ouvindo sobre mim, eu vou falar sobre mim. Eu sempre evitei muito esse negócio de rótulos, eu sempre achei que me limitava como ser humano; ter que escolher isso, aceitar isso, tomar isso para você; eu achava até fútil, superficial ou frívolo. E aí... Um dia eu estava assistindo uma série chamada “Cara Gente Branca”, que trata sobre questões de racismo. E aconteceu que em perguntar a uma pessoa negra a orientação sexual dela, ela falou assim: “Aí pra que rótulos? Eu não me rotulo, isso é idiotice.” Aí a pessoa respondeu assim: “Mas rótulos são importantes, afinal de contas, são os rótulos que separa o uísque de veneno.” Aí eu: “Rótulos são importantes... Rótulos são realmente

importantes?” Comecei a me questionar, começou um processo de autodesconstrução, né? Pra reconstrução.

Daí fui à cozinha fritar alguma coisa para comer, mas continuei pensando naquilo, fiquei pensando naquilo e aquilo estava martelando na minha cabeça. E aí eu fui fritar a salsicha e por estar distraída pensando, acabei colocando vinagre na frigideira que veio a corroborar com que estava pensando.

As embalagens eram completamente iguais no design e os conteúdos tinham quase a mesma tonalidade, o que diferenciava o óleo do vinagre naquele momento era justamente o rótulo, a coisa em que eu não havia dado a atenção. Aí eu falei: “Porra! É importante.” Agora eu tenho que procurar meus rótulos. Onde eu me encaixo? Aí eu tive que começar a pesquisar. Daí eu conheci a Teoria Queer, do ser diferente, do não-binarismo.

Investigador: Poderia saber qual a parte do seu corpo que você mais gosta e porquê?

— Olhos... Sem sombra de dúvidas, são os meus olhos. Ai... Eu gosto muito dos meus olhos, eles transmitem muito o que as palavras não conseguem. Sei lá! Quando as palavras são insuficientes os meus olhos falam assim... Entendeu? Porquê as vezes eu me embolo muito com as palavras. Eu sou muito emocional e etc, mas os meus olhos... Ai... Eu gosto deles...

Investigador: E quanto a parte que você menos gosta e por quê?

— É... Eu sempre pensei nisso, que eu não gostaria de mudar algumas partes do meu corpo porque eu aprendo a amar cada pedacinho. Mas tem uma parte do meu corpo que eu não gosto, né! Que é a papada. Não importa o quanto eu emagreça a papada sempre tá aqui!... Tá aqui! Parece um segundo queixo!

Investigador: Você disse que na importante busca por seus rótulos conheceu a Teoria Queer. Me fale um pouco sobre ela e a importância desta teoria para sua vida:

— Eu não tinha referenciais físicos de carne e osso para minha vida, apenas desenhos animados não-binários, eu não tinha!

Então eu olhava para a travesti e falava: “Eu não sou travesti. Eu não me vejo como uma travesti, eu não me sinto... Só tem isso mesmo! Só tem isso? Eu só posso ser homem, mulher ou travesti?” E aí minha cabeça ficava “tch...Pow!” (risos). Foi quando eu digitei no Youtube assim: “Eu sou homem ou eu sou mulher? Homem ou mulher?”

Daí apareceu o canal do Hugo Nasck, né! Que é uma pessoa queer/não-binária. Aí poxa! Finalmente eu ganhei um referencial humano, aquela pessoa ali é como eu! Ela pode ser chamado de “ele” e tá usando batom, tá de cabelo longo sem ter que colocar silicone e andar de salto...

Eu sou parecido com “ela”! Eu sou isso! E foi daí que eu comecei a assumir esse rótulo para mim, entendeu? E eu gosto muito disso! Dá maior flexibilidade, maior fluidez e da maior gama de possibilidades em usar elementos das duas caixinhas: caixinha azul, caixinha rosa.

Foi finalmente quando eu saí dos meus referenciais de desenho animado, que era a coisa que eu mais me conectava, e finalmente ganhei um referencial humano, entendeu? Que foi o Hugo Nasck.

Investigador: Rótulos fazem importância?

— Sim! Sim! Eu te expliquei lá o negócio do óleo e vinagre, foi naquele momento que eu (som de estalo com a boca) tive um clique.

Eu preciso de rótulos, para me referenciar, para me diferenciar. Eu vou precisar de usar um monte na minha vida, já usava antes né! Não para gênero, não para identidade de gênero e não para orientação sexual ou prática sexual, eu já usava branca, gorda, pobre, né?

Já usava um monte de outros rótulos que me adjetivavam durante o meu percurso, a maioria deles eram impostos! Esse [queer] foi o primeiro que pude escolher, por isso que tenho paixão, é o rótulo que eu escolhi... Que eu acho lindo, que tem uma função guarda-chuva enorme!

Investigador: Podes me dizer um bocado da sua história de vida em sua família? A começar pela infância, caso se sinta à vontade, e ir progredindo...

— Minha mãe se casou com um homem de família tradicional, chamado Eloi Scardua. E aí... eles tiveram uma filha chamada Hellem, depois o casamento não andava muito bem e aí ela se envolveu com o vizinho da frente, chamado Luiz, e aí engravidou, se separou, foi morar com esse Luiz e essa criança que ela estava gestando era eu.

E aí, quando ela foi morar com ele, ela descobriu que ele era casado, só estava separado de corpo mas não no papel. Quando eu nasci, ele [Luiz] me agrediu ainda na infância, contam os meus parentes, me deu uma chinelada, e aí ela [mãe] começou a reavaliar todo aquele processo.

Ela fez a coisa certa! O marido (Eloi) que ainda era apaixonado por ela, procurou ela e falou assim: “Olha! A gente passa uma borracha por cima disso tudo, eu registro essa criança”, “eu te amo, eu assumo o filho de outra pessoa, dou meu nome.” E aí me registrou como Eloy Henrique Scardua Júnior, filho de Eloy Henrique Scardua e Célia Regina Ferreira Scardua [som de suspiro]. Só que ele [Eloy] tinha assumido a criança para ficar com a mulher.

Daí um mês depois desse processo de assumir a criança, a mulher morre num acidente de ônibus, foi atropelada, indo para o trabalho (muitas pessoas cogitam suicídio, etc). E aí... eu perdi minha função. Ele tinha querido o filho para ficar com a mulher, a mulher tinha morrido, o filho não era mais necessário, não era querido, não era parte da família, era só o filho de outrem com o nome dele [som de suspiro].

E aí ele me jogou para minha avó materna, que depois eu chamava de mãe. Essa avó materna era prostituta, ela ganhava a vida assim (som de suspiro) né! E foi assim que ela me sustentou, até os cinco anos de idade, fazendo das tripas o coração.

Em 1996, descubro que minha avó, tida como minha mãe, estava com HIV, e daí começou meu “processo de adotização”: os cuidados que antes deu a mim eu comecei ministrar nos cuidados dela. Daí a grande dificuldade na minha vida, nessa década de 90 o HIV ainda não era conhecido, então uma pessoa que convivia com alguém doente, automaticamente no imaginário social era uma pessoa que também vivia com HIV, então eu fui muito segregado na minha vida, não deixavam crianças brincar comigo na escola, entende? Eu não tinha amigos.

Eu vivia acompanhando ela [avó] nos hospitais porque não tinha ninguém que ficasse comigo. E foi assim que eu tive que começar a ficar forte, as adversidades da vida te fazem crescer; eu sinto falta de cuidados. Ninguém nunca cuidou de mim. E daí eu fui crescendo, e chegou em outro ponto marcante, quando eu tinha 10 anos de idade. Quando eu tinha 10 anos de idade Luiz voltou na minha vida, Luiz o pai biológico que não havia me registrado. Querendo assumir uma paternidade.

Até então ele era um desconhecido para mim, Luiz era um homem nojento que trabalhava no Porto de Vitória, igualzinho a mim em semelhança física eu era uma versão xerocada daquele homem. Aí ele me apresentou dois irmãos que eu não conhecia, uma avó que eu não conhecia (som de suspiro). Aí minha avó (Erly) se casou com um homem que passou ser tido por mim como o meu pai, e quando Luiz veio para minha vida, esse meu pai, que na verdade era avô, se afastou, e eu sofri terrivelmente, e eu não gostava do Luiz, mas ele tinha dinheiro e como minha avó passava por

dificuldades financeiras ela forçava um relacionamento com aquele homem que eu não aceitava na minha vida, ele era extremamente machista, e via a minha feminilidade, via minha voz.

Então teve uma vez que me marcou muito, que afim de reforçar minha masculinidade ele me levou num prostíbulo e havia um monte de trabalhadoras sexuais, prostitutas, na época conhecidas como putas, e ele deixava eu com apenas 10 anos elas sentarem no meu colo se esfregarem em mim, foi nojento, foi muito traumático; e eu me lembro bem quando perguntei para uma delas assim: “Você tem filho?” Ela disse: “Tenho sim.” E eu respondi que minha mãe Erly [avó] trabalha com isso, o Luiz ficou extremamente constrangido, a gente saiu dali e eu estava mastigando um chiclete, fazendo bolinhas... de pocar (som de estouro) estourando, daí ele me deu um tapa e disse “Cospe isso, tá mastigando um chiclete como se fosse puta!”

Putas nunca foi sinal de algo ruim para mim, minha mãe [avó] era puta então eu não entendia o sentido pejorativo, sempre soube que minha avó era puta, mas não sabia o que ela fazia nesta profissão até então...

Foi horrível, foi horrível ter aquele homem presente na minha vida, ele afastava as pessoas que eu amava e forçava eu ter um relacionamento com ele que eu nunca tive com ninguém.

E certa vez ele me levou para dormir na casa dele, e minha avó, por incrível que pareça, não sabia onde ele morava, daí ele me manteve em cárcere privado por uma semana. Eu fiquei preso em uma casa com um papagaio; eu já estava cansado de ver aquele homem só chegando e saindo, sem poder conversar com alguém, e aí eu me escondi atrás da porta, quando ele chegou e abriu a porta e foi me gritar e eu não respondi, ele entrou mais adentro e foi me procurar no banheiro. Eu saí correndo, eu saí correndo de Santo Antônio em Vitória até o bairro Grande Vitória, isso dá um bom pedaço de chão, chegando na casa da minha avó com o coração na mão, ofegante e explicando toda a situação para ela, daí meu pai [avô] tentou expulsar ele da minha vida, mas minha avó não deixou porque ele realmente ganhava bem e nos dava dinheiro.

Quando eu tinha 11 anos, esse pai [Luiz], vendo que não iria conseguir mudar os meus trejeitos efeminados, a minha feminilidade, ele foi dormir lá no meu quarto, aí ele falou “Faz uma massagem?”, aí eu “Tá!”. Fiz na panturrilha. Aí ele “Sobe mais na coxa.” Daí subi para a coxa. Aí ele “Sobe mais.” Aí eu “Não!” Aí ele pegou a minha mão e colocou no pênis dele que já estava ereto, e falou assim “Papai sabe que você é

uma florzinha delicada, que tal você ter a primeira relação com o papai? Não vai te machucar...”

Eu não compreendi aquilo, não sabia muito bem o que era aquilo, mas eu sei que de um impulso terrível eu fui até a cozinha e peguei em uma faca longa e afiada e falei assim “Se você encostar em mim a noite eu te mato.”

E aí de manhã quando eu acordei ele tinha sumido, ele tinha ido embora. Eu contei para minha avó e pela primeira vez fui silenciado na minha vida, a pessoa que deveria me proteger me silenciou e falou que não era para eu contar para o meu avô que daria uma confusão terrível, e eu não contei, foi muito, muito, muito ruim aquele homem na minha vida.

Daí ele sumiu de uma vez, depois de eu tentar suicídio e falar que se ele tentasse se reaproximar novamente eu iria me matar, foi horrível porque eu fiquei com alguns traumas, mas foi isso... (som de suspiro).

Então, por [eu] ser uma pessoa diferente, o Eloy [pai de registro] não gostava de mim porque para além de eu não ser filho biológico tinha o nome dele e carregava comigo tendências homoafetivas, falava fino, tinha trejeitos e etc... Desta forma a parte a família Scardua não gostava de mim; minha irmã me culpava e falava que se não fosse eu ela ainda teria a mãe e o seu pai não seria uma pessoa tão triste ai... (som de suspiro).

Devido minha irmã e eu termos vividos separados eu não criei vínculos com ela. Quanto a minha avó Erly, que me criou desde a infância, também me via como uma pessoa diferente, e ela sabia pela experiência de ser prostituta o que gays e travestis sofriam na rua, e aí, na fala dela, para me proteger, ela me violentava, me batia tentando a todo custo me corrigir que eu virasse homem, colocando a religião no meio das coisas e confundindo tudo.

Eram muitas surras, muitas surras mesmo; e eu não conseguia ser diferente, né! Também ser diferente do que? Nem sabia o que ser gay era... Daí aconteceu mais outra situação de tentativa de abuso, da parte de um primo da minha avó, onde ela me silenciou mais uma vez. Eu tinha 13 anos, não deixou eu contar para ninguém (som de suspiro)

E aí eu fui crescendo... E aos 16 anos eu estava no último ano do Ensino Médio e já estagiava, conseguindo certa independência financeira; foi aí que comecei a ficar uma pessoa mais “Ai foda-se eu sou diferente, pelo menos eu me sustento!”

Aí o que aconteceu foi que ela [Erly] caiu e quebrou a perna e começou a ficar dependente de mim, não podia andar direito e por isso também não conseguia fazer as

coisas da casa, daí tive de parar de estudar pra cuidar dela, só que a gente não se aceitava sabe? Aí ela me expulsou de casa algumas vezes na vida.

Eu passei pela casa de alguns tios, um tio disse que eu não poderia ficar em sua casa porque tinha um filho muito jovem e eu serviria de má influência para o filho dele. Não pude ficar na casa de outra tia, não podia ficar na casa de ninguém.

E aí também não podia ficar sozinho né! Daí acabamos conversando e eu voltei a morar com ela [Erly], só que dessa vez era diferente, pois ela começou a me aceitar, daí eu comecei a cuidar dela novamente, depois ela passou a ficar mais fraca, o que exigiu integral atenção de minha parte.

Teve uma vez que a gente brigou porque eu estava exausta em dedicar-me 24 horas por dia sem descansar, e o BPC (Benefício de Prestação Continuada) o qual ela recebia por invalidez não era suficiente para dar conta dos gastos: aluguel, luz, alimentação, medicamentos e higiene demandados, e eu realmente exercia essa função de cuidadora voluntária para ela de segunda à segunda, em todas as horas, dia e noite. Não havia possibilidades de eu investir em um trabalho formal ou capacitação educacional. Então acabamos brigando porque eu queria que ela exigisse juridicamente atenção ou cuidados dos filhos que a negligenciavam e não ajudavam em nada financeiramente, mesmo tendo condições, mas ela se recusava a entrar na justiça por isso.

Os filhos chegam a ser covardes. Tipo assim, na Semana Santa estávamos a comer apenas ovos, e aí meu tio, filho dela, passava com duas tortas na frente do quintal seguindo para casa da minha tia. Faziam churrasco e um monte de coisas, mas não, não comíamos porque não nos davam nada! Ainda dizia: “Eu não tenho mãe não!” “Essa mulher não é minha mãe não!” Uma crueldade enorme, muito ruim que foi isso...

Aí eu falei com minha vó: “Processa eles”. Daí ela disse: “Eu não vou processar”. Aí eu falei: “Eu vou embora...” Mas eu também não podia deixá-la, pois eu me sentia em cárcere com ela, porque mesmo com essas brigas ela me dizia para ir embora, colocava minhas coisas em uma sacola de lixo, dizia: “Vai embora etc” Eu pegava e saía, e saía... Sabe! Sem saber para onde eu ia, mas eu saía...

Mas ao chegar no portão deparava-me com a polícia, ela que os chamava, então a polícia me indagava se eu era a cuidadora dela, mas mesmo alegando que ela possuía mais filhos eles diziam para mim que eu estaria cometendo crime de abandono de incapaz: “Se você sair dessa casa irá direto para cadeia.” Então eu ficava em um lugar que não me queriam, pois me mandavam embora, mas que eu também não podia ir...

Daí eu desenvolvi um hábito de chorar em dias de chuva, porque eu não podia reclamar, pois se eu falasse que minha vida estava um inferno, as pessoas minimizavam dizendo que ao menos eu podia andar e a pessoa que me criou não: “Você tem mesmo que cuidar dela, pois ela está na cadeira de rodas” e o julgamento deles focava-se só nela [Avó Erly].

Então eu era só uma pessoa para viver em função de outra, uma vez por escolha, mas percebi que socialmente por obrigação (som de suspiro). Foi muito difícil, nossa! Quantas vezes na chuva eu sentava e a chuva caía e eu ia lá para fora, porque a água se misturava com as lágrimas e ninguém sabia que eu estava chorando, então não vinham perguntas, não vinham questionamentos... Só sentia...

Quando chovia eu me sentia viva, porque eu podia chorar, sem ninguém para minimizar minha dor (silêncio). Depois de algum tempo, ela [Erly] foi internada algumas vezes. Depois contraiu uma infecção hospitalar e morreu (som de suspiro), morreu... (som de suspiro) Eu sofri com a perda, mas também porque estava sem perspectiva, eu fiquei anestesiado, não sentia nada, nada! Bateram na minha porta e perguntaram: “E aí, como é que você vai pagar o aluguel?” Porque ela [Erly] vivia de BPC e este benefício não se estende para outrem, ao morrer foi cancelado e eu fiquei sem meios de subsistência. Pronto, eu era uma pessoa obsoleta, inútil, pois até então só vivia para cuidar de outrem e agora não existia mais outrem. Eu não sabia o que fazer... Passaram-se quinze dias e eu comecei a trabalhar no Bob`s e depois na casa dos outros com faxina... Eu só precisava manter minha independência, não morar com ninguém e pagar minhas contas... Só que a vulnerabilidade social estava muita, sabe? Eu não consegui estudar e não conseguia progredir...

Não tinha terminado o Ensino Médio! Daí fui à prefeitura, conversei com a assistente social, ela falou: “Olha, você é uma pessoa em vulnerabilidade social, você tem que estudar”

Daí recebi o benefício do aluguel social, e em seis meses, por meio do EJA (Educação de Jovens e Adultos), terminei o Ensino Médio. Depois, em um ano e meio terminei o Técnico em Administração, enquanto trabalhava em uma sorveteria no bairro mesmo. Eu ia na parte da manhã trabalhar na sorveteria, saía às 18h e pegava na escola às 18:30h. Quando estava quase para terminar o meu curso e também o aluguel social, eu consegui minha casa própria, por meio do programa social Minha Casa Minha Vida. E hoje em dia moro em casa própria, mas até aqui foi muito sofrido! muito sofrido! Sofrido...

Investigador: Nos dias de hoje você mora sozinho? Quais são as pessoas que compõem seu círculo familiar e como é a relação de afeto entre vocês?

— Sim, eu moro sozinho. Eu fui uma pessoa pioneira, quanto essa coisa de identidade de gênero e orientação sexual na minha família, eu era novidade! Pessoa afeminada que se assumiu aos 17 anos, foi muito difícil para mim. Eu comi o pão que o diabo amassou, mas depois outras pessoas se assumiram e tiveram maior facilidade porque eu já tinha quebrado certos costumes na família.

Alguns familiares ainda me tratam com distanciamento, porém me respeitam, me respeitam não por ela, mas porque eu imponho respeito e autoridade. Algumas pessoas me amam exatamente como eu sou, algumas me aceitam e outras só me suportam.

Tem a minha tia avó (que é irmã da minha falecida avó Erly) que me dá muito apoio, o meu padrinho que é um ser maravilhoso; minha tia (irmã da minha mãe biológica Célia Regina) que também é maravilhosa, que tem 4 filhas que me tratam como tio (são minhas 4 sobrinhas), que também são muito importantes para mim.

Tem também a minha prima, Carolina que também é um ser maravilhoso para mim... E são poucas pessoas que eu tenho vínculos de afeto, de amor, porque amor para mim não é uma obrigação de sangue, amor pra mim é algo que se constrói, é algo que... se quer ou não, não é impositório (siq.)... obrigatório. Ninguém é obrigado a me amar ou ninguém vai ser amado por mim só por ter o mesmo sobrenome ou o mesmo sangue. Tenho alguns amigos que são maravilhosos, que são tão família ou até mais família que a família. Só! Se for contar, no máximo 10 pessoas no total, 10, quinze pessoas no máximo... Só!

19/08/2018

Investigador: Em uma fala você diz que segundo a sua avó Erly, no intuito de te proteger, usava de formas violentas para te corrigir, você diz: “E aí para me proteger ela me violentava, me batia tentando a todo custo me corrigir, para que eu virasse homem, colocando a religião no meio das coisas e confundindo tudo.” Minha pergunta é: de que forma a religião entra nesse contexto de violência?

— Entra que ela [Erly] era evangélica. Ela se tornou evangélica quando saiu da prostituição e ela achava que eu ser afeminado era algum tipo de possessão demoníaca, maldição hereditária... Espíritos... E todas essas coisas... Que eu não poderia ser uma

coisa natural. E aí ela me obrigava a ir para igreja, me obrigava ir em escola bíblica dominical.

Ai... (som de suspiro) essas coisas... Participar de um monte de ritos religiosos que eu não entendia ou não queria. Nossa! Aqueles encontros com Deus foram traumáticos para mim, porque eu me sentia atraído por homens, e aí nesses retiros eu tinha que ficar só no meio dos homens [segregação sexista]. Então lá ficava, quatro dias afastado do mundo no meio de um monte de homens. Eles usavam de alguns artifícios psicológicos que nos dois primeiros dias existia um voto de silêncio, você também não conhecia ninguém... E não poder falar, acordar às cinco da manhã e vai escutando textos bíblicos até a meia-noite; é uma exaustão terrível e ruim, com uns teatros doidos. Foi muito horrível tudo isso para mim... E ela me batia, né! Uma vez que a religião e orações não eram suficientes para expulsar o mal de mim...

Investigador: Você acha que o conservadorismo religioso progrida a heteronormatividade e a homofobia, isso foi percebido por você neste contexto da sua vida?

— Ah!... Com certeza, eles têm essa ideia de que Homem é homem, mulher é mulher! Dentro desse contexto heteronormativo/cis [cisgênero] de que a mulher tem que cuidar da casa, do lar e ter filhos e o homem tem que prover o sustento e etc... (som de suspiro).

Mas o pior é a Bancada Evangélica [Frente parlamentar do Congresso no Brasil] que prendem a atenção de muitos eleitores, negando Direitos Humanos e civis a população gay. Nossa! A religião traz muito sofrimento quanto a isso, muito mesmo. Quando ia aos cultos, orações e retiros que minha avó me obrigava, eu sempre voltava com a sensação de ser alguém muito errado ou desconfigurado, que eu não era digna do amor de Deus e nem de orar ou prestar culto a Deus. E isso me é negado até hoje, por ser divergente...

Investigador: No Termo de Consentimento Livre e Esclarecido preenchido disse que é Espírita Kardecista, gostaria de saber como foi a sua busca religiosa até chegar nessa sua religião.

— Foi por leitura e por experimentação. Eu gosto muito de religião, sabe? Às vezes é um bálsamo, né... Então eu li um pouquinho sobre Hinduísmo, Budismo e o Espiritismo porque a reencarnação sempre foi algo que eu flertei muito, porque o conceito cristão sobre esse assunto para mim era insuficiente. Foi quando eu perguntei

ao pastor: “Pastor a gente só tem uma vida?” [pastor responde] “É a gente só tem uma vida.” O Bruno que era uma pessoa acamada, não andava, não falava, nasceu com problemas mentais, os músculos atrofiados... Daí falei: “Pastor, ele só vai ter uma vida também?”, “Sim...”. Daí perguntei novamente: “Ele pode pecar?”. “Não.” “Então ele vai morrer e vai para onde?”. “Ué ele vai para o Céu.” Ele ganhou uma passagem grátis para o céu. Daí eu falei: “Ah! Eu queria ser o Bruno, eu achei a vida dele muito fácil!” Aí ele [Pastor] “Por que?” Aí eu falei: “Ele vai passar mais ou menos 28 ou 30 anos ali, sem ser responsável pelos atos, sem pecados e vai ganhar a eternidade, a eternidade de felicidade e paz!”

Gente! O que é 30 anos comparado a eternidade? Eu aqui tenho que lidar comigo mesmo, ser uma boa pessoa nas normas impostas e corro o risco de perder...

Pow!... Ele ganhou um passe-livre? Aí eu comecei a contestar. Só o Espiritismo por meio do Karma que veio a me explicar isso.

Investigador: Assim como outras religiões de matriz cristã, ou seja, de um Cristo que trouxe o amor e a purificação, o Kardecismo também funciona por meio dos conceitos de certo e errado, bem e mal, divino e maligno. Quanto a sua condição diversa e humana você se sente aceito plenamente dentro dessa religião?

— É... (silêncio). Não! Não me sinto, não porque para o Kardecismo eu estou no corpo errado; mas também não é por quê eu frequento o Kardecismo que eu aceito tudo que me dizem como certo. Eu vou... Eu gosto. Daí quando eu não gosto, eu também não vou... Aí apareço depois, aí depois não vou. Não sou algo constante não...

Investigador: Tais religiões cristãs ajudam as pessoas divergentes da heteronormatividade, que sofrem as injustiças e violações dos Direitos Humanos e civis, a encontrarem a sua essência pessoal com acolhimento religioso e social?

— Não ajuda, não acolhe. A não ser se forem igrejas que querem abraçar essas pessoas, mas no sentido de se destacarem e crescer. Uma religião que aceita e acolhe não por compreender essas pessoas, mas para quantificar pessoas porque outras religiões não acolhem.

Eu não acho! Eu não acho que a religião acolha, a religião me dá um monte de respostas, mas respostas para além de gênero, né!? É legal viver o coletivismo, é legal ter pessoas ali para você contar de vez em quando, quando precisa de ajuda... Mas eu não acho que acolha, não, não acho. Eu acho que assume mais um papel antagônico do que acolhedor. Eu não acho que seja acolhedor não, é segregador!

26/08/2018

Investigador: Você mencionou que sua vida de contribuição para segurança social está muito atrasada devido não permaneceres muito tempo em um emprego formal. Obviamente isso lhe dá certa insegurança. Podes falar sobre essa insegurança e o motivo de não permaneceres muito tempo em um emprego?

— A insegurança é porque o plano brasileiro de aposentadoria, foi alterado, né? Agora são trinta anos de contribuição, mais a idade de 65 anos tendo que somar quase 95 anos. A soma da contribuição mais a idade do contribuinte, isso já é um problema. E... eu não sei, eu acho que para pessoa como eu, que foge a heteronormatividade, é... é mais difícil conseguir empregos regulares/formais. Porque as pessoas julgam dentro dos padrões escolhendo uma aparência que não causem problemas para empresa. E também a força da religião, por exemplo, a maior parte das empresas perto daqui de casa são de cunho evangélico, um viés evangélico, geralmente coordenadores, diretores colocam suas religiões dentro da empresa e aí complica ainda mais a vidinha da gente...

Investigador: Você trabalhou no Bob`s como atendente por seis meses, em faxinas e empregos informais por cerca de um ano e em uma sorveteria por quatro anos. Gostaria de saber porque o Bob`s foi seu emprego mais curto?

— O Bob`s foi minha primeira experiência de emprego formal. Eu estava em processo de luto ainda, eu comecei a trabalhar lá depois de quinze dias que minha mãe morreu, minha mãe (avó Erly), e foi um período muito difícil, mas eu me foquei muito naquele trabalho, só que era um ambiente muito ruim de trabalho, você tentava se focar, mas era muita pessoa tentando lhe derrubar e eu cresci muito rápido lá dentro. Eu entrei como atendente, depois eu conheci tudo da cozinha em dois meses, em três meses eu estava já no caixa. Depois eu estava quase fazendo a prova para ser assistente de gerente, eu acho que algumas pessoas ficaram inseguras... Sabe... Quando você tá fazendo muito tempo alguma coisa e não consegue subir, daí chega alguém do nada e consegue subir (som de suspiros). Acho que algumas pessoas se sentiram ameaçadas, aí eu não fiquei... Me mandaram embora.

Investigador: Já seu emprego na sorveteria durou quatro anos, era um bom emprego?

— Eu trabalhava muito, não tinha carteira assinada, porém eu pedi a eles para flexibilizar o meu horário, então dava para eu estudar. O emprego era em frente à escola. Então eu já saía de lá e ia direto para escola onde eu fiz o EJA e depois fiz o

curso Técnico em Administração, então dois anos eu passei estudando. Trabalhei dois anos na parte da manhã para estudar a noite, e dois anos a noite. Mas aí eu enjoiei porque era a mesma rotina sempre e eu comecei a pensar no meu futuro, em outras formas de aprendizado e outras vivências... Aí procurei expandir meus horizontes. Depois disso eu trabalhei em empregos que me ajudaram a aprender mais e ter melhor perspectiva de mundo, foram excelentes para minha base, conseguir comprar as “coisinhas” acertar “coisinhas” e estudar!

Investigador: Entre seus empregos anteriores houve alguma cena em que você se sentiu discriminada?

— Sim! No Bob`s porque lá tinha dois padrões, o padrão do que é feminino e o padrão do que é masculino e você não podia ir para o outro padrão mesmo que você se sentisse feminino. Eu, por exemplo, não podia usar maquiagem, e as meninas podiam, eu tinha o cabelo grande e as meninas também, mas eu sofria pressão para cortar o cabelo, mas eu: “Ora! Não está dentro da touca, ninguém vai ver um cabelo debaixo da touca e de um boné, né!” Até no começo me foi indagado se eu estaria disposto a cortar meu cabelo. Eu falei que sim, mas daí eu fui enrolando, enrolando, enrolando... Mas foi ruim...

Investigador: Hoje você possui vínculos trabalhistas no Grupo Orgulho Liberdade e Dignidade; como se trata de uma associação com foco na atenção as pessoas divergentes da heteronormatividade você deve se sentir mais livre e satisfeita no exercício de sua profissão. Contudo isso não a deixa ileso no contato direto ou indireto com a discriminação, homofobia e preconceitos. Me conte um pouco sobre...

— Eu ainda encontro dificuldades em lidar... Eu não tenho vínculos empregatícios lá não tá! Eu tenho um contrato, mas o contrato não é em carteira, então eu não contribuo para a Segurança Social. Em compensação lá me permite ir à seminários, assembleias... Então eu aprendo muito, né! Mas também não me garante um futuro. Meu contrato termina daqui dois meses e eu vou ficar desempregada, novamente. Meu projeto a gente tem que ir nos bairros que existe um alto índice de infecção por IST`s e disponibilizar preservativos e *folders* informativos, e algumas pessoas hetero reforçam a heteronormatividade, dizendo: “Aí, eu não preciso disso não!” “Eu sou casado e AIDS é coisa de viado.” “Tá doido eu não pego isso não!”

É uma discriminação que parece que só LGBT pode falar com LGBT, porque o HIV e outras IST`s só afetam o público LGBT. É ruim, é muito ruim. Por vezes tenho

de ir em algumas barbearias ou bares, que são geralmente ambientes machistas e repletos de preconceitos; encontro muita dificuldade porque é complicado escutar piadinhas e desfoques do assunto para saber o que eu sou (você é homem ou é mulher, o que você é?). Enfim... Quando o público é jovem fica um colega hetero brincado com o outro: “Aí o que você gosta!” “Aí o que você gosta!”, entende... É complicado, é complicado.

Investigador: Então atualmente em seu trabalho sua maior dificuldade continua a ser as situações heteronormativistas de cunho machista e conservador, onde também sua personalidade/identidade assume o foco do seu trabalho e não dos ofícios de sua competência?

— Exatamente.

Investigador: Há alguma lembrança forte em ti quando se fala de preconceito ou discriminação no trabalho que você possa dizer?

— Bom... Eu nunca liguei muito para essas coisas, mas uma coisa que me deixou muito assim... constrangida, foi um grupo de evangélicos não querem ser atendidos por mim na sorveteria, e esperarem até um outro atendente desocupar para atendê-los. Então isso me gerou um desconforto porque eles estavam ali para serem atendidos e eu tive de chamar os próximos, e como era um grupo de seis pessoas, imagina o volume de seis pessoas na fila, tendo que sair a sétima pessoa da fila para vim ser atendida na frente porque eles estavam aguardando outra pessoa para atendê-los. Foi uma coisa que me deixou um tanto constrangido no momento, mas a vida segue...

Investigador: Concluindo esses diálogos sobre a sua história de vida, gostaria de saber se você tem algo a mais que queira dizer, acrescentar ou relatar?

— Acho que faltou eu concluir sobre a segunda tentativa de abuso, que eu sofri.

Foi um primo da minha avó Erly, que eu chamava de mãe, e aí ela bebeu com ele e depois se retirou para ir dormir. [antes disso] Ela me mandou locar filmes eu estava para completar 13 anos de idade, e peguei *O Natal Encantado da Bela e a Fera*, e ele [primo da avó] foi para aquela sessão que eu não sabia o que era, depois descobri que se tratava de filmes pornô.

Aí eu assisti meu filme, meus pais [avós] foram dormir e ele ficou na sala a beber. Então colocou o filme pornô dele, daí eu não entendi bem do que se tratava aquilo, pois ele estava a se masturbar e de repente começou a passar a mão em mim, daí

se levantou, passou a mão no meu rosto e disse: “Você é tão bonito, parece feito a pincel.” Só que eu já havia tido uma experiência parecida com aquela... Daí eu falei: “Pode parar!”

Aí fui dormir em minha cama. Noutro dia eu contei para minha avó novamente... (silêncio). Ela mais uma vez me silenciou... Dizendo que não era para eu contar para o meu avô... (som de suspiro). Mas doeu, doeu muito e eu fiquei com aquele nó na garganta... Ele [primo da avó] sumiu.

Quando eu tinha 22 anos ele reapareceu na nossa casa, eu não o reconheci de primeiro, daí eu abri o portão e minha avó encontrava-se na cama, já era acamada. Ele chegou e conversou com ela um pouco, ela tratou ele bem. Depois disso ele passou a mão no meu rosto e falou bem assim: “Seu rosto continua parecendo que foi feito a pincel”

Eu já estava me vestindo mais de menina, já estava usando maquiagem, cabelo grande... E aí... tinha me passado pela cabeça de que se aquilo [assédio sexual] me acontecesse de novo, como uma pessoa mais velha, experiente, eu quebraria a cara do sujeito, mas eu só consegui chorar convulsivamente, e chorei, chorei, chorei por duas horas sem conseguir parar, ninguém entendia porque também não consegui parar para explicar, daí quando ele foi embora eu contei para toda a família que ela [avó Erly] havia me silenciado. Daí eu perguntei para ela: “Por que você me silenciou, por que você não me defendeu?” E finalmente, após muito tempo, ela disse: “Porque a culpa foi minha!” Aí eu: “Como assim?” “Naquele dia eu bebi com ele e falei que você estava virando gay, que eu estava sofrendo, e por você não ter tido uma referência de homem forte eu pedi a ele para te ensinar a ser homem, mas não imaginei que ele iria fazer aquilo... Tentar abusar de você.” Aí eu: “Mas como é que você deixou seu filho com alguém bêbado e o que você disse a ele?” Daí ela falou que prometeu transar com ele.

Eu me senti duplamente violentado, porque ela iria trair o meu amado avô, o qual eu o tinha como pai, com um cara nojentos que tentou abusar de mim. Isso foi uma coisa que me deixou triste por muito tempo... Porque a verdade passou ser mais assustadora do que eu podia imaginar.

Estas duas situações, uma com o meu pai biológico e a outra com esse primo da minha avó, desencadearam um trauma que perdura até hoje na minha vida... Muito tempo... Tenho dificuldades de me relacionar e me envolver sexualmente mesmo estando apaixonada. Há um certo medo de ser abusado, do uso da persuasão, da perda de direito e sentimento. Eu não consigo me relacionar apenas sexualmente. Mesmo

**Imposição de Género e Sexualidade:
A Violência de uma Cultura Heteronormativa**

havendo a atração sexual, é complicado, tenho que me sentir demasiadamente seguro para tal. São coisas que eu estou trabalhando, porque são reflexos do que eu já passei, sou sexualmente travada, e tenho dificuldade de confiar, principalmente em homens.